

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria de Planejamento e Gestão

RELATÓRIO DE GESTÃO
Exercício 2005

BRASÍLIA-DF
2006

©Copyright 2006, Tribunal de Contas da União
Impresso no Brasil / Printed in Brazil
www.tcu.gov.br

Brasil. Tribunal de Contas da União.
Relatório de gestão: exercício 2005. – Brasília :
TCU, Secretaria de Planejamento e Gestão, 2006.
67 p.

1. Tribunal de Contas da União, relatório, Brasil.
2. Planejamento. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa.

SUMÁRIO

Apresentação	7
1. Ações de Controle Externo	11
1.1. Contas.....	12
1.2. Cobrança Executiva (CBEX)	13
1.3. Fiscalizações.....	14
1.4. Atos de Pessoal	16
1.5. Recursos	17
1.6. Denúncias, Representações e Consultas	18
1.7. Avaliação de Programas de Governo	19
1.8. Avaliação de Desestatizações	20
1.9. Contas do Governo	21
1.10. Relacionamento com o Congresso Nacional	21
1.11. Resultados das Ações de Controle	26
2. Gestão Orçamentária e Financeira	33
2.1. Contratos e Convênios.....	35
2.2. Imóveis, Obras e Engenharia.....	35
2.3. Racionalização de Custos Administrativos.....	36
2.4. Proposta Orçamentária	37
2.5. Controle Interno	37
3. Estratégias e Planos	38
3.1. Planejamento Estratégico	39
3.2. Planejamento por Diretrizes	40
4. Gestão de Pessoas	41
4.1. Quadro de Pessoal	42
4.2. Capacitação de Servidores	44
4.3. Qualidade de Vida.....	45
5. Gestão de Projetos	47
6. Tecnologia da Informação	52
7. Relacionamento Institucional	55
7.1. Divulgação Institucional	55
7.2. Diálogo Público	58
7.3. Acordos e Parcerias.....	59
7.4. Atividades Relacionadas a Órgãos e Entidades Internacionais	61
8. Ouvidoria	63
9. Projeto de Apoio à Modernização do TCU	64
10. Prêmio Nacional da Gestão Pública	67

QUADROS

1.	Processos apreciados conclusivamente, exceto pessoal e recursos	11
2.	Condenações e sanções aplicadas	12
3.	Encaminhamento de processos de CBEX aos órgãos executores	14
4.	Fiscalizações realizadas.....	15
5.	Fiscalizações de natureza operacional – utilização de matrizes	16
6.	Fiscalizações de conformidade – utilização de matrizes	16
7.	Atos de pessoal apreciados	16
8.	Peças recursais apreciadas	18
9.	Motivos de provimento de recursos.....	18
10.	Representações, consultas e denúncias.....	19
11.	Programas governamentais fiscalizados.....	19
12.	Indícios de irregularidade em obras fiscalizadas.....	23
13.	Irregularidades graves mais freqüentes em obras fiscalizadas	24
14.	Grau de alcance das metas de 2005.....	26
15.	Evolução dos estoques de processos	30
16.	Índice de apreciação de processos definido no PPA	32
17.	Execução orçamentária e financeira	33
18.	Previsão e execução orçamentária, por projeto e atividade.....	34
19.	Execução orçamentária por modalidade de licitação aplicável	35
20.	Contratos e convênios firmados em 2005	35
21.	Situação dos imóveis ocupados pelas Secex nos estados em 2005	35
22.	Demonstrativo de obras e reformas	36
23.	Evolução da participação orçamentária do TCU no OGU	37
24.	Quadro de pessoal do Tribunal	42
25.	Servidores ativos, inativos, pensionistas e cargos em comissão	42
26.	Lotação dos servidores	43
27.	Atividades que mais contribuem para sustentabilidade.....	48
28.	Projetos encerrados em 2005	49
29.	Projetos em andamento no final do exercício.....	50
30.	Pessoas alocadas aos projetos.....	51
31.	Perfil dos projetos em andamento.....	51
32.	Acesso a sistemas externos informatizados.....	54
33.	Publicações editadas em 2005.....	57
34.	Treinamentos de conselheiros de alimentação escolar em 2005.....	58
35.	Acordos de cooperação em vigência	60
36.	Participação do TCU em organizações internacionais de fiscalização.....	61
37.	Atuação da Ouvidoria	63
38.	Projeto BID – execução financeira	65
39.	Projetos de modernização envolvendo recursos do BID.....	66

GRÁFICOS

1.	Fluxo de processos de controle externo autuados, encerrados e em estoque	12
2.	Fiscalizações realizadas por iniciativa.....	15
3.	Fluxo histórico de atos de pessoal	17
4.	Atos de pessoal julgados ilegais	17
5.	Distribuição de fiscalizações, por subfunção orçamentária.....	24
6.	Volume de recursos anuais fiscalizados em obras públicas	25
7.	Quantidade de obras fiscalizadas	25
8.	Percentual de alcance das metas de 2005	27
9.	Processos de controle externo apreciados conclusivamente, exceto pessoal e recurso	28
10.	Processos de fiscalização de 2004 e 1º semestre de 2005 apreciados conclusivamente.....	28
11.	Recursos apreciados conclusivamente	28
12.	Atos de pessoal apreciados conclusivamente.....	29
13.	Homens-dia de fiscalização.....	29
14.	Processos de contas de 2004 apreciados conclusivamente	29
15.	Evolução dos estoques de processos.....	30
16.	Tempo médio dos processos de controle externo.....	31
17.	Evolução do índice PPA.....	32
18.	Distribuição do quadro de pessoal	43
19.	Índice de satisfação dos servidores	46

APRESENTAÇÃO

Senhores Ministros,

Senhor Procurador-Geral,

Tenho a satisfação de apresentar, a Vossas Excelências, o relato da Gestão referente ao exercício de 2005, oportunidade em que conduzi a Presidência do Tribunal de Contas da União. Este relatório, a despeito da relevância como documento gerencial estratégico, constitui obediência à obrigação contida no art. 28, inciso XLII, do Regimento Interno do Tribunal.

Vivemos um período marcado por tendências que influenciam significativamente a atuação do TCU: acelerado processo de modernização da administração pública brasileira, crise fiscal do Estado e crescente clamor social por melhores serviços públicos e por moralidade, profissionalismo e excelência da administração pública.

Diante desse contexto, a orientação dos trabalhos esteve direcionada à continuidade administrativa e ao propósito de preparar esta Corte para melhor responder às demandas e aos desafios crescentes que lhe são constantemente apresentados. O esforço que há anos vem sendo feito para modernizar esta Casa e transformá-la não só em modelo de excelência administrativa, mas igualmente em referência internacional na seara do controle da administração pública não deve e não pode ser descuidado. Para tanto, é fundamental perseverar na atenção que vem sendo conferida a aspectos considerados estratégicos para a sobrevivência das organizações, como: liderança; estratégias e planos; cidadãos e sociedade; informação e conhecimento; gestão de pessoas; processos de trabalho e foco em resultados.

Entre os desafios enfrentados em 2005, cabe destacar a realização de fiscalizações, em caráter de urgência, em 27 órgãos e entidades envolvidos em denúncias de corrupção e em áreas mais suscetíveis a desvios de recursos públicos, especialmente publicidade e informática. Foram alocados mais de cem servidores para esse trabalho. Em decorrência das ilegalidades e irregularidades detectadas, foram formuladas inúmeras representações. As versões preliminares de diversos relatórios das fiscalizações foram prontamente encaminhadas para subsidiar os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito em curso. Também, foram instauradas diversas tomadas de contas especiais para devolução de débitos apurados, cujo montante supera R\$ 57 milhões.

Contudo, os benefícios da ação de controle são, em boa parte, de difícil mensuração financeira e advêm da própria expectativa do controle, da prevenção do desperdício ou do prejuízo, da melhoria na alocação de recursos, da sugestão de aprimoramento de leis e normativos, da redução de danos ambientais e da melhoria de políticas públicas. Em termos financeiros, resultados quantificados a partir de algumas das deliberações proferidas em 2005 apontam economia potencial para o erário em valor superior a R\$ 4 bilhões. Isso representa mais de cinco vezes o orçamento do TCU para o exercício.

Outros resultados da atuação do TCU também podem ser quantificados em termos financeiros, tendo, entretanto, como beneficiário direto usuários de serviços públicos e não o Estado. Ao fiscalizar concessões de serviço público, em várias oportunidades, o Tribunal evita ou reduz o percentual de majoração ou mesmo o valor a ser fixado tarifas públicas. A título de exemplo, determinações feitas, em 2005, ao Ministério dos Transportes e à Agência Nacional de Transportes Terrestres, quando da análise de editais de licitação para a concessão de trechos de rodovias federais, representaram queda significativa no preço dos pedágios a serem cobrados. A redução significou benefício direto na ordem de R\$ 17 bilhões aos futuros usuários daquele serviço público.

O estabelecimento de metas anuais de desempenho para o Tribunal tem sido fundamental para orientar a atuação da casa. Os indicadores constantes do TCU em Números retratam bem os resultados positivos alcançados nos últimos anos em razão de modernas práticas de gestão adotadas. Das metas estabelecidas para 2005, cinco foram alcançadas ou ultrapassadas e seis ficaram próximas do valor estabelecido. De forma global, o resultado do alcance das metas ficou em 91%. Especificamente em relação às metas que ficaram aquém, em especial as de apreciação de processos, destaco o fato de o TCU ter funcionado, praticamente durante todo o exercício, com dois ministros a menos, em decorrência de aposentadorias ocorridas em 2003 e 2004.

Esclareço que nossa preocupação não se restringiu a aspectos quantitativos e metas de curto prazo. Diversas iniciativas foram adotadas para o incremento da qualidade desses resultados e da capacidade de resposta do Tribunal. Para não ser muito extenso, aponto, apenas, a título de exemplo, as melhorias introduzidas pela nova metodologia de elaboração dos planos de fiscalização, pela implementação de diversos projetos levados a efeito no curso do exercício, tanto em termos de tecnologia da informação (TI), quanto de modernização e melhorias na forma de atuação e de gestão de pessoas.

Na área de TI, destacam-se a ampliação do quadro de servidores e os investimentos em novas soluções como o desenvolvimento de base de informações com dados constantes dos principais sistemas informatizados da administração pública, o que deverá estabelecer um marco em termos da forma de fiscalizar.

Os frutos desses investimentos já estão sendo colhidos. A utilização do Síntese para gerar informações de apoio às fiscalizações relacionadas à CPMI dos Correios revelou-se bastante apropriada na obtenção de dados dispersos por diversos sistemas, facilitando o cruzamento de informações relevantes e a realização de análise de tendências. Para o exercício de 2006, o universo de informações disponíveis será ampliado significativamente com dados de diversos órgãos e entidades da Administração Pública.

O projeto Instrução Eletrônica Simplificada de Contas viabilizará o processamento eletrônico de todas as etapas do rito processual das contas anuais oriundas dos Comandos Militares e que foram autuadas pelo Sistema de Coleta Eletrônica de Tomada e Prestação de Contas.

Ciente da necessidade de alavancar os resultados decorrentes das ações de controle, dei ênfase à gestão de projetos. No que se refere à situação

atual da carteira de projetos do TCU, destaco que foram encerrados doze projetos em 2005, enquanto quinze estavam em andamento no final do exercício. Desses, catorze têm previsão de encerramento para o ano de 2006.

A eficácia e a efetividade da atuação do TCU não podem ser garantidas apenas com investimentos e esforços exclusivamente na atividade fim. De fato, em diversas ocasiões, o Tribunal tem seus julgados levados ao Poder Judiciário, o que tem exigido a defesa dos efeitos de seus acórdãos em juízo.

A esse respeito, menciono os benefícios oriundos da nova forma de atuação da Consultoria Jurídica (Conjur). Na busca pelo incremento da efetividade e qualidade de sua atuação, a Conjur tem agido em estreita colaboração com a Advocacia-Geral da União em todos os processos judiciais que visam a atacar deliberação do TCU. O auxílio prestado pela Conjur consiste, essencialmente, na elaboração e encaminhamento à AGU de peças processuais necessárias ao regular andamento da demanda judicial. Ainda no que se refere à atuação daquela unidade, aponto a recente vitória alcançada no Supremo Tribunal Federal, na Sessão Plenária de 10.11.2005, quando o excelso Pretório julgou favoravelmente à pretensão do TCU os mandados de segurança nºs 25092 e 25181. A Suprema Corte, revendo entendimento firmado em julgamentos anteriores, reconheceu, em votação unânime, a competência do TCU para fiscalizar as sociedades de economia mista e as empresas públicas, inclusive por meio de tomada de contas especial.

A política de valorização do servidor também foi marca registrada da nossa Administração. Mencionem-se, aqui, as iniciativas capitaneadas pelo Instituto Serzedello Corrêa (ISC) pertinentes ao treinamento e à capacitação do corpo funcional. Foram realizados cursos de pós-graduação, tanto na área de gestão, quanto na de controle externo, de modo a viabilizar a aquisição, a produção e a disseminação de conhecimentos úteis ao aperfeiçoamento da atuação do TCU.

No período, o ISC promoveu o seminário “Construção de Competências de Liderança e Gestão do TCU” que reuniu os secretários das unidades da sede e dos estados da Federação na Fundação Dom Cabral, em Belo Horizonte. O encontro teve como objetivo o definir os perfis profissionais – comportamental e competência – para o exercício de funções gerenciais e a capacitação de equipe do TCU para dar continuidade a esse processo no âmbito de todo o Tribunal.

No que diz respeito à reposição do quadro de pessoal, foram empossados 43 analistas e 42 técnicos, o que contribuiu para impulsionar a execução das tarefas a cargo da Secretaria do Tribunal. Também foi realizado estudo sobre o impacto gerado pelo provimento dos seiscentos novos cargos de analista de controle externo no TCU, com revisão da lotação das Secex nos estados e possíveis alterações de estrutura na Secretaria do Tribunal.

Controlar é, acima de tudo, prevenir, orientar, avaliar, recomendar melhorias, agir preventivamente e não apenas punir. Essa diversidade e abrangência de atuação restam evidentes nos trabalhos conduzidos pelo Tribunal no decorrer de 2005. Nesse particular, destaco os 31 eventos de diálogo público realizados em 22 estados, que tiveram mais de 9.500 participantes, de servidores públicos a destacados formadores de opinião na sociedade, assim como com os

conselheiros de merenda escolar. Esses eventos tiveram como foco principal orientar os prefeitos que estavam iniciando suas administrações, bem como despertar o interesse popular pelos mecanismos de controle.

Quanto ao controle social, merece destaque a atuação da Ouvidoria do TCU, unidade responsável pela recepção de informações da comunidade a respeito de ato praticado por agente público jurisdicionado, assim como acerca de sugestões de aprimoramento, críticas ou reclamações de serviços prestados pelo próprio Tribunal. A Ouvidoria recebeu, em 2005, mais de 2.600 chamados. Desses, cerca de 1.600 referiam-se a solicitações de informações e orientações gerais e, aproximadamente, 1.000 foram relativos a manifestações relatando indícios de irregularidade em atos de gestão.

No que se refere à estrutura física, às condições adequadas de trabalho e ao bem-estar dos servidores, foi realizada a contratação dos projetos básico e executivo de novo centro de processamento de dados da Setec, a elaboração do projeto arquitetônico do anexo III à sede do TCU, sob a responsabilidade do escritório Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., com data prevista de entrega para março de 2006, a retomada da construção da Secex-TO, cuja realização da obra alcançou, ao final de 2005, 75% do planejado, e a otimização do espaço físico existente no edifício-sede e nos anexos I e II.

Finalmente, cabe lembrar que, em 2005, o TCU teve a honra e o privilégio de coordenar vários eventos internacionais relacionados ao controle externo, o que vem a demonstrar o respeito e a credibilidade que o Tribunal goza junto a outras instituições de controle.

Nos dias 13 e 14.9.2005, foi realizada, no TCU, a XII Reunião do Grupo de Trabalho de Privatização da Intosai, com a presença de mais de cinquenta delegados de 26 países. Foram discutidos temas como a experiência do controle da regulação e as diretrizes da Intosai para a regulação econômica.

O TCU promoveu, no período de 14 a 16.9.2005, a Conferência Internacional de Desestatização. O encontro contou com a participação de técnicos de mais de 25 países, de representantes do governo federal e do Congresso Nacional, além de especialistas nacionais e internacionais dos setores público e privado. O evento enfocou temas relacionados à privatização, ao controle das agências reguladoras e às parcerias público-privadas.

Este, senhores Ministros, Senhor Procurador-Geral, é o breve relato da minha gestão durante o ano de 2005. Aproveito a oportunidade para agradecer o apoio e a confiança em mim depositados pelos nobres Pares e pelos servidores do Tribunal de Contas da União, que, com compromisso e dedicação, tornaram possíveis esses resultados apesar das diversidades enfrentadas.

Brasília, 29 de março de 2006.

ADYLSON MOTTA

PRESIDENTE

1. AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

As constantes mudanças ambientais, a evolução tecnológica e o ritmo progressivo de produção de informação, aliados à crescente complexidade do Estado e de suas relações com a sociedade, assim como das demandas e anseios por moralidade, eficiência e qualidade na administração pública constituem grandes desafios às organizações constituídas. Não basta manter as coisas funcionando bem. As cobranças da sociedade são cada vez mais intensas, e a administração pública precisa perceber a importância e a necessidade de promover as mudanças e inovações necessárias na sua forma de atuação, sob o risco de perda da relevância institucional.

Nesse contexto, destacam-se no âmbito do Tribunal várias iniciativas em curso capitaneadas pelo modelo de planejamento e gestão institucional adotado, como o estabelecimento de referencial estratégico e de metas de desempenho anual, assim como projetos e inovações em curso tanto no que se refere às atividades finalísticas, quanto às de apoio e de tecnologia da informação. Os resultados alcançados no exercício de 2005 estão detalhados ao longo deste relatório, agrupados por assunto ou processo de trabalho.

O quadro 1 detalha o quantitativo de processos de controle externo apreciados em 2005, agrupados por tipo de processo.

Quadro 1
Processos apreciados conclusivamente, exceto pessoal e recursos

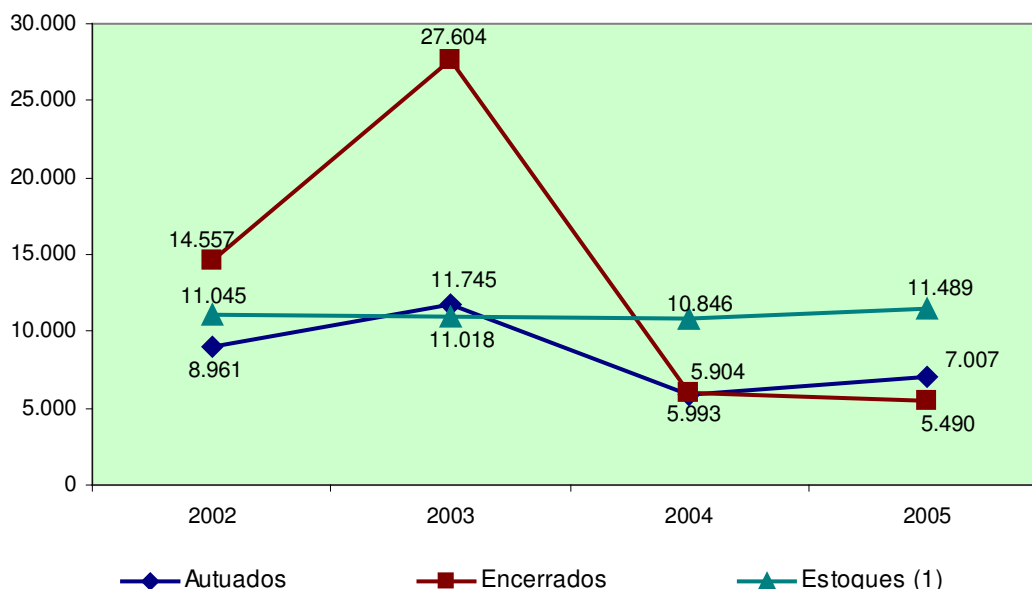
Classe de Assunto	2003	2004	2005
Tomada e prestação de contas anuais	2.141	2.097	1.451
Tomada de contas especial	1.030	1.372	1.460
Denúncia	155	177	204
Consulta	38	29	24
Representação	866	892	1.203
Solicitação do Congresso Nacional	62	50	66
Fiscalização	749	681	610
Outros assuntos	1.203	837	874
Total	6.244	6.135	5.892

Notas

- 1) As apreciações relativas a pessoal foram contabilizadas no quadro 7.
- 2) Outros assuntos: acompanhamento, apartado, comunicação, contratos e convênios, declaração de bens e rendas, desestatização, monitoramento, solicitação e solicitação de certidão.

O gráfico 1 apresenta o fluxo de processos de controle externo no TCU.

Gráfico 1
Fluxo de processos de controle externo autuados, encerrados e em estoque



Notas

- 1) Estoque apurado em 31.12 de cada ano.
- 2) Em 2003, excepcionalmente, houve o encerramento de 12.712 processos de pessoal, conforme autorização constante do TC-002.187/2003-1.

1.1. CONTAS

Em 2005, foram julgados conclusivamente 2.911 processos de contas ordinárias (tomadas e prestações de contas) e de tomadas de contas especiais. Desse total, 1.109 foram pela irregularidade das contas (cerca de 38%), índice que denota maior preocupação no atendimento às diretrizes de combate à corrupção, desvio e fraude e de contribuição para o aperfeiçoamento da administração pública por parte do Tribunal.

O quadro 2 informa o montante de condenações e sanções aplicadas no ano de 2005.

Quadro 2
Condenações e sanções aplicadas

Natureza	Processos	Resp.	Débito	Multa	Total (R\$)
Tomada de contas especial	992	1.225	348.529.359,19	11.132.525,71	359.661.884,90
Tomada de contas	7	14	161.340,64	71.772,16	233.112,80
Prestação de contas	22	46	412.401,02	285.318,67	697.719,69
Subtotal – Contas irregulares	1.021	1.285	349.103.100,85	11.489.616,54	360.592.717,39
Outros processos	88	199	-	1.783.942,22	1.783.942,22
Total	1.109	1.484	349.103.100,85	13.273.558,76	362.376.659,61

Em relação às condenações e sanções aplicadas provenientes de julgamento pela irregularidade das contas, no ano de 2005, foram condenados 1.484 responsáveis ao pagamento de multa e/ou ressarcimento de débito, no montante aproximado de R\$ 362 milhões. A média por responsável foi de cerca de R\$ 244 mil. Aqui vale destacar o estudo, já elaborado pela Secretaria Adjunta de Contas, com a finalidade de avaliar a conveniência para o Tribunal da utilização do instrumento Guia de Recolhimento da União – GRU, para recebimento dos débitos e multas determinados por decisão do TCU, substituindo o Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF, utilizado atualmente.

Em obediência ao disposto no art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443/92 – Lei Orgânica do TCU –, foram remetidas, ao Ministério Público da União (MPU), em 2005, cópia dos autos de 754 processos. Ao julgar irregulares as contas, e constatado dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, o Tribunal encaminha cópia dos autos ao MPU para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis. Em 2005, cerca de 68% dos processos com julgamento pela irregularidade enquadravam-se nessa situação.

Quanto às inovações normativas na área de controle externo, o destaque ficou para a Decisão Normativa nº 71, de 2005, que definiu, para 2006, as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar contas relativas ao exercício de 2005. Essa decisão, entre outros aspectos, especificou as formas de apresentação das contas, os critérios de risco, materialidade e relevância para organização dos processos de forma simplificada e os critérios para a remessa de contas por meio informatizado.

Outro passo fundamental na eficiência da análise de contas é o projeto Instrução Eletrônica Simplificada de Contas, que tem por escopo construir ferramenta automatizada que viabilizará o processamento e o julgamento eletrônico dos processos de contas anuais oriundos dos Comandos Militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica (298 contas) e que foram autuados eletronicamente por meio do sistema Siscontas. Essa ferramenta permitirá que cada participante do processo de instrução/julgamento atue utilizando-se de sistema informatizado. O processo será tramitado eletronicamente até o julgamento pelo colegiado do Tribunal, obtendo assim a agilidade no trâmite das contas entre unidade técnica, Ministério Público, gabinetes e SGS. A equipe do projeto teve como premissa construir sistema flexível, que possa, futuramente, servir para instrução/julgamento de outros tipos de processos.

O TCU, com essa iniciativa, dá seqüência à racionalização de procedimentos de modo que os resultados já alcançados no contexto externo com a coleta eletrônica de contas sejam internalizados, com conseqüente ganho de produtividade para o Tribunal.

1.2. COBRANÇA EXECUTIVA (CBEX)

Com a publicação, em 24.08.2005, da Resolução-TCU nº 178, foram estabelecidos os procedimentos para a autuação de processos de cobrança executiva e para a organização da documentação a ser remetida aos

órgãos/entidades responsáveis pela execução dos acórdãos condenatórios do TCU.

Ao analisar os dados relacionados à atividade de cobrança executiva no ano de 2005, observa-se o expressivo avanço obtido nos últimos anos, em especial no que se refere ao aumento da quantidade de CBEX autuadas e à diminuição drástica do tempo de autuação de processos pelas unidades técnicas.

No exercício de 2005, foram formalizados 1.504 processos de CBEX. O tempo médio de constituição dos processos de CBEX, que já foi de aproximadamente quatrocentos dias, no final de 2005 era de 35 dias. Esse resultado reflete o acerto das medidas adotadas pelo TCU para a implementação da estratégia de melhorar o tempo de resposta das ações de controle.

No ano de 2005, o TCU encaminhou aos órgãos responsáveis pela execução judicial 1.512 processos, cujo montante alcançou o valor de R\$ 422.970.882,74, sendo R\$ 412.121.565,36 originários de débitos e R\$ 10.849.317,38 de multas. O quadro seguinte relaciona os órgãos executores aos quais foram encaminhadas cobranças executivas em 2005, com vistas a dar prosseguimento e efetividade ao processo de recuperação de créditos, por meio da execução, junto ao Poder Judiciário, das decisões do TCU.

Quadro 3
Encaminhamento de processos de CBEX aos órgãos executores

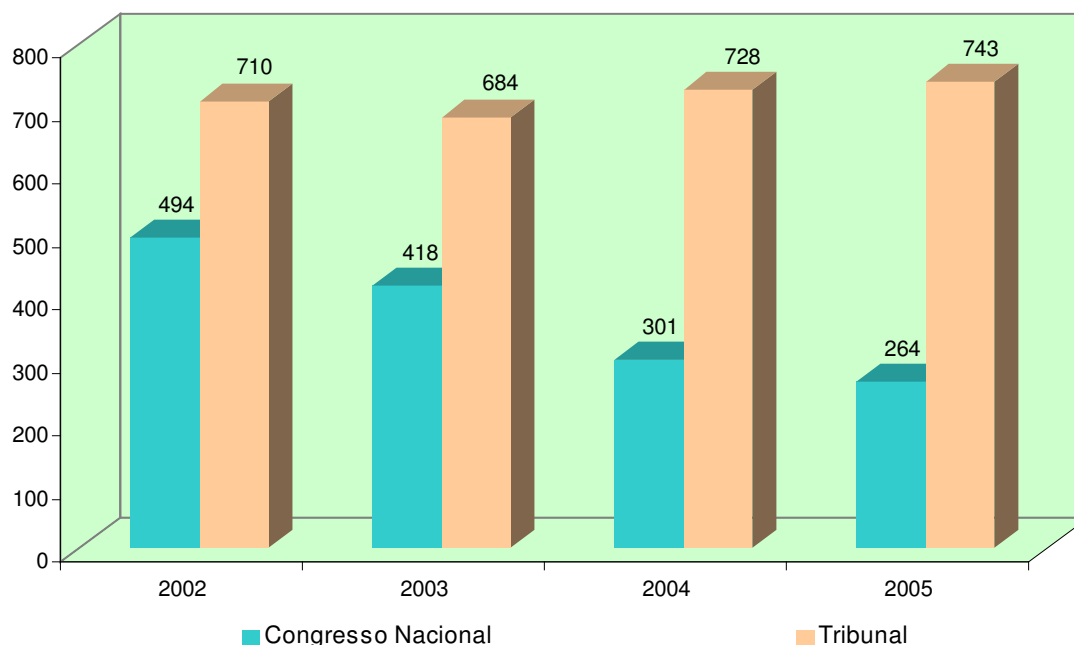
Executor	Processos	Valores	% valores
AGU	1.116	289.287.056,98	68,39%
FNDE	287	60.857.105,29	14,39%
CEF	79	61.008.018,57	14,42%
Outros	30	11.818.701,90	2,79%
Total	1.512	422.970.882,74	100%

1.3. FISCALIZAÇÕES

A atividade de fiscalização é fundamental no cumprimento das funções constitucionais de controle externo, tendo em vista os subsídios que fornece à atividade de análise de contas. O Regimento Interno do TCU prevê os seguintes instrumentos de fiscalização: auditoria, inspeção, levantamento, acompanhamento e monitoramento. Esses instrumentos são adotados nas modalidades de conformidade e de natureza operacional. Vale destacar a publicação da Resolução-TCU nº 185, de 13.12.2005, que dispôs sobre o plano de fiscalização previsto no art. 244 do Regimento Interno.

O gráfico 2 mostra o quantitativo de fiscalizações realizadas em 2005, discriminando as de iniciativa do próprio Tribunal e aquelas originadas por demanda do Congresso Nacional.

Gráfico 2
Fiscalizações realizadas por iniciativa



O quadro 4 mostra detalhamento das fiscalizações realizadas por tipo de instrumento, assim como o esforço de fiscalização empregado, medido pelo indicador homens-dia de fiscalização – HDF.

Quadro 4
Fiscalizações realizadas

Tipo/Ano	Qtd	HDF
Acompanhamento	81	2.504
Auditoria	214	21.812
Inspeção	315	7.417
Levantamento	309	10.285
Monitoramento	88	2.403
Total	1.007	44.421

A preocupação com a qualidade das fiscalizações tem sido tópico presente em todas as etapas de elaboração dos planos de diretrizes do Tribunal. Confere-se maior importância ao planejamento das auditorias, com estímulo à utilização de papéis de trabalho como matrizes de planejamento, de procedimentos, de achados e de responsabilização.

Com a utilização dessas matrizes espera-se crescente otimização dos resultados dos trabalhos de campo, bem como redução paulatina no tempo de tramitação dos processos decorrentes de fiscalização. Contudo, dada a natureza das modificações dos processos de trabalho trazidas pela utilização das matrizes, os benefícios aqui mencionados serão mais visíveis a longo prazo.

Quadro 5
Fiscalizações de natureza operacional – utilização de matrizes

Matriz	Fiscalizações realizadas	Uso de matriz	Percentual de utilização
Planejamento	28	25	89,3%
Achados	25	22	88,0%

Quadro 6
Fiscalizações de conformidade – utilização de matrizes

Matriz	Fiscalizações realizadas	Uso de matriz	Percentual de utilização
Planejamento	183	179	97,8%
Achados	176	137	77,8%
Procedimentos	183	179	97,8%
Responsabilização	176	128	72,7%

1.4. ATOS DE PESSOAL

O Tribunal de Contas da União aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. Também fiscaliza a legalidade das despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, até mesmo quanto à adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. A consulta aos atos de pessoal apreciados ou em tramitação está disponível na página do TCU na Internet (www.tcu.gov.br).

O quadro 7 retrata o quantitativo de atos de pessoal apreciado no ano de 2005.

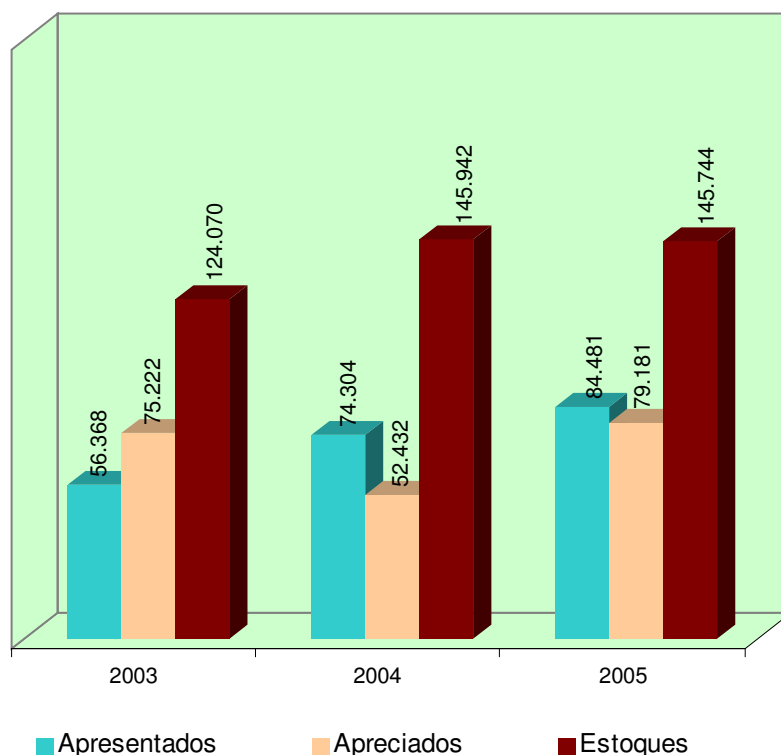
Quadro 7
Atos de pessoal apreciados

Tipo de ato	2003	2004	2005
Admissão	46.675	37.261	67.431
Aposentadoria e reforma	20.566	10.920	10.177
Pensão civil e militar	8.370	4.482	1.448
Atos não-Sisac	13.751	352	125
Total	89.362	53.015	79.181

Do total de 79.181 atos de pessoal apreciados em 2005, 85% referem-se a atos de admissão e 15% a atos de aposentadoria e pensão.

Gráfico 3

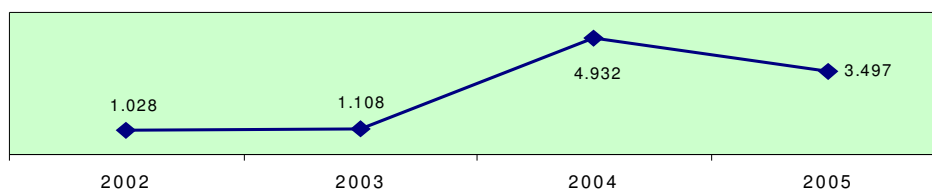
Fluxo histórico de atos de pessoal



Nos dois últimos anos, o TCU conferiu especial atenção aos atos com índice de ilegalidade, como pode ser percebido no gráfico 4. Como esses atos requerem análise mais rigorosa e procedimento de trabalho mais complexo, o quantitativo geral de atos apreciados foi menor do que o ingresso. Contudo, para 2006, o Plano de Diretrizes do TCU estabeleceu meta mais arrojada no que se refere a atos de pessoal apreciados conclusivamente, visando a retornar à situação de fluxo positivo.

Gráfico 4

Atos de pessoal julgados ilegais



1.5. RECURSOS

O TCU tem envidado esforços para cumprir as metas de desempenho relativas à apreciação de processos em grau de recurso, mesmo considerando a histórica situação de a quantidade de recursos interpostos ser superior à capacidade de apreciação.

O quadro 8 detalha o perfil dos recursos apreciados, apresentando os quantitativos e percentuais de provimento dos recursos apreciados em 2005.

Quadro 8
Peças recursais apreciadas

Peças recursais apreciadas	Qtd.	%
Providas	395	24,80
Não providas	924	58,00
Não conhecidas	274	17,20
Total	1.593	100,0

O quadro 9 retrata, em percentuais aproximados, os principais motivos ensejadores de provimento observados em 2005.

Quadro 9
Motivos de provimento de recursos

Motivo	%
Apresentação de novos argumentos ou documentos comprobatórios	62
Obscuridade, omissão ou contradição na decisão atacada	14
Erro de procedimento	5
Novo juízo de valor acerca do valor da multa aplicada	5
Alteração do entendimento firmado pelo TCU	4
Falsidade ou insuficiência de documentos em que se fundou a decisão	1

1.6. DENÚNCIAS, REPRESENTAÇÕES E CONSULTAS

A Constituição Federal faculta a qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato apresentar denúncia ao TCU sobre irregularidade ou ilegalidade no uso de recursos públicos federais. Representa importante instrumento de controle social, na medida em que possibilita, a qualquer cidadão, o exercício da fiscalização da coisa pública.

Além desse instrumento de controle social, é facultado a parlamentares, autoridades e servidores públicos representarem ao TCU, acerca de irregularidades no uso de recursos públicos. Adicionalmente, licitante, contratado ou qualquer pessoa pode representar contra irregularidade na aplicação da Lei de Licitações.

As autoridades relacionadas no art. 264 do Regimento Interno do TCU podem formular consultas ao Tribunal, acerca de dúvidas quanto à aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matérias de competência do TCU. A consulta tem caráter normativo e constitui pré-julgamento de tese, mas não de fato ou caso concreto.

O quadro a seguir mostra o quantitativo de processos de representação, consulta e denúncia autuados e apreciados em 2005.

Quadro 10

Representações, Consultas e Denúncias

Tipo de Processo	Autuados	Apreciados
Representação	1.448	1.203
Consulta	33	24
Denúncia	220	204

1.7. AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DO GOVERNO

A avaliação de programas de governo procura constatar se a aplicação de recursos estatais tem alcançado os objetivos fixados, identificando pontos que podem ser utilizados como padrão de aferimento, bem como oportunidades de melhoria. O quadro 11 apresenta a relação dos programas governamentais julgados e, também, aquelas cuja fiscalização teve início em 2005.

Quadro 11

Programas governamentais fiscalizados

Programas julgados em 2005
1. Banco de Alimentos
2. Ações de Atenção à Saúde Mental
3. Sistema Único de Segurança Pública
4. Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas
5. Assistência Jurídica Integral e Gratuita
6. Desenvolvimento da Bovideocultura
7. Plano Nacional de Qualificação
Avaliações iniciadas em 2005
1. Manutenção de Hidrovias
2. Segundo Tempo
3. Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos
4. Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase
5. Programa Segurança Fitozoosanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários
6. Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água
7. Ações Pesquisa sobre Populações Indígenas e Fiscalização de Terras Indígenas
8. Ação Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental
9. Ação Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra

O Tribunal, ao apreciar as fiscalizações de programas, normalmente faz determinações e recomendações, com vistas ao aprimoramento das políticas públicas. Em regra, é feito o monitoramento, por três anos, do cumprimento das deliberações.

A atividade de avaliação de programas no TCU é escopo do Projeto de Aperfeiçoamento do Controle Externo com Foco na Desigualdade Social (Cerds), que teve início em setembro de 2002, projeto este amparado pelo acordo de cooperação técnica entre o governo brasileiro e o governo britânico.

Os resultados alcançados pelo Cerds têm conquistado o reconhecimento da Administração, do Congresso Nacional e de segmentos sociais relevantes, em

função da qualidade técnica e da oportunidade dos trabalhos realizados. A importância dos temas e dos programas avaliados, assim como a abordagem inovadora desses trabalhos, que buscam examinar a promoção da equidade, têm garantido ao Tribunal a atenção da mídia especializada.

Em função da qualidade das auditorias e da sua ampla divulgação, número cada vez mais significativo de servidores que delas participam está sendo convidado a integrar debates, seminários e congressos nacionais e internacionais para apresentar os resultados desses trabalhos e, com isso, oferecer subsídios para grupos interessados no desempenho de programas e na qualidade da prestação de serviços públicos.

Os resultados dos trabalhos de fiscalização realizados em programas de governo, incluídas as auditorias e os respectivos sumários executivos, estão disponíveis na página do TCU na Internet: <http://www.tcu.gov.br>.

1.8. AVALIAÇÃO DE DESESTATIZAÇÕES

O Tribunal, no exercício de suas competências, acompanha, fiscaliza e avalia as desestatizações realizadas pelo Governo Federal, compreendendo a privatização de empresas e instituições financeiras e a concessão, permissão e autorização para exploração de serviço público.

Reavaliação do preço mínimo, revisões tarifárias dos setores elétrico e de transporte e revisão dos critérios técnicos de venda dos blocos de exploração de petróleo são alguns dos benefícios decorrentes da ação fiscalizadora do TCU.

Em 2005, foram apreciados, de forma conclusiva, vinte processos relativos à desestatização, pertinentes a concessões, permissões ou privatizações.

Entre esses processos, cabe destacar o referente ao acompanhamento do processo de concessão de oito trechos de rodovias federais (3.000 km de extensão). Concluída a revisão dos estudos de viabilidade, os benefícios propiciados pela atuação do TCU foram os seguintes: adoção de valores máximos de tarifas de pedágio compatíveis com a situação de cada rodovia concedida e redução dos valores máximos de tarifas de pedágio a partir da revisão dos projetos básicos e orçamentos utilizados. A redução nas tarifas máximas da licitação, durante os 25 anos de concessão, equivale à economia de aproximadamente R\$ 17 bilhões aos futuros usuários da rodovia.

O Tribunal de Contas da União, em decorrência da privatização e do surgimento de novos entes reguladores e investidores privados no setor de infraestrutura, formando arranjos institucionais complexos no modelo de prestação de serviços públicos no Brasil, identificou a necessidade de aperfeiçoar e consolidar sua capacidade operacional para realizar o controle externo dos processos de privatização, reforma regulatória e regulação estatal. Dessa forma, está sendo implantado o projeto Controle Externo das Parcerias Público-Privadas (PPP). Seu principal objetivo é desenvolver metodologia para análise da outorga e para o acompanhamento da execução dos contratos de PPP.

Tendo em vista a complexidade e a materialidade relacionada à aplicação desse novo instrumento jurídico, bem como a perspectiva imediata de aprovação dos primeiros projetos de PPP, pelo Governo Federal, o TCU decidiu

implementar metodologia que permita a efetiva fiscalização e acompanhamento dessas parcerias. É nesse contexto que se insere o Projeto Controle Externo das PPPs.

Para o desenvolvimento da metodologia a ser adotada, estão previstos entre os produtos do projeto:

- a) a realização de pesquisa de metodologias e sistemáticas de controle das PPPs em outras Entidades de Fiscalização Superior;
- b) o desenvolvimento de metodologia e sistemática adaptada à atuação do TCU, para controle das PPPs;
- c) a validação da sistemática e da metodologia para a análise da outorga e o acompanhamento da execução contratual das PPPs;
- d) a elaboração de propostas de instrução normativa específicas contemplando o controle externo das concessões patrocinadas e das administrativas, as duas modalidades de PPP previstas na Lei nº 11.079, de 30/12/2004.

1.9. CONTAS DO GOVERNO

A apreciação e a emissão de pareceres sobre as Contas do Governo são atribuições constitucionais do Tribunal de Contas da União. Com a edição da LRF, em 2000, o TCU passou a emitir onze pareceres distintos sobre as contas das seguintes autoridades: presidentes da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal e dos demais tribunais superiores do Poder Judiciário, do Conselho da Justiça Federal, do TJDFT e do Chefe do Ministério Público da União.

O Plenário do TCU aprovou, em 14.6.2005, o relatório e os pareceres prévios das contas do Governo do exercício de 2004. O relatório e os pareceres do Tribunal foram entregues no prazo constitucional ao Congresso Nacional. As contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo receberam ressalvas. As demais contas foram apreciadas sem registro de ressalvas.

Na Sessão Plenária de 8.8.2005, foi realizado sorteio do relator das contas do Governo da República relativas ao exercício de 2006, a serem relatadas no ano de 2007, tendo sido sorteado o ministro Valmir Campelo (art. 155 do Regimento Interno). As contas do Governo da República referentes ao exercício de 2005 serão relatadas, em 2006, pelo ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.10. RELACIONAMENTO COM O CONGRESSO NACIONAL

A cooperação entre o TCU e o Congresso Nacional ocorre de diversas formas, destacando-se: o atendimento a solicitações de realização de auditorias ou de informações, a fiscalização de obras públicas para subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária Anual, a cessão de servidores para assessorar comissões parlamentares de inquérito e a emissão de parecer sobre as contas do Governo da República.

Em 2005, foi realizado o projeto Atendimento ao Congresso Nacional (Parlamentar) com o objetivo de aperfeiçoar o relacionamento entre o TCU e o Congresso. Entre os seus principais produtos, destacam-se:

- diagnóstico sobre o relacionamento entre as duas instituições, que visa à obtenção, à análise e à consolidação de dados referentes à percepção da imagem do Tribunal junto ao CN;
- diagnóstico sobre normativos, práticas e jurisprudência do Tribunal de Contas da União no que se refere ao tratamento dado aos processos de solicitação e de interesse do Congresso Nacional;
- proposta de normativo contendo rito processualístico específico para atendimento ao Congresso Nacional, que visa ao desenvolvimento de rito próprio para as solicitações do Congresso Nacional (SCN);

Projeto de resolução será apresentado brevemente para sorteio de relator.

Apoio a Comissões do Congresso Nacional

Durante o ano de 2005, o TCU prosseguiu com o esforço concentrado de auxílio aos trabalhos das comissões parlamentares de inquérito (CPI) em curso no Congresso Nacional.

Atualmente estão cedidos ao Congresso Nacional nove servidores para prestar auxílio à CPMI dos Correios, um servidor para a CPMI da Compra de Votos e duas servidoras para a CPI dos Bingos, do Senado Federal. Estão também cedidos dois servidores para auxiliar os trabalhos legislativos da CPMI da Terra.

Adicionalmente, foram alocados, no período, mais de cem servidores do Tribunal para trabalhos de fiscalização nos órgãos e nas entidades que estão sob investigação das citadas comissões de inquérito. O TCU vem mantendo contatos com o Ministério Público Federal e outros órgãos incumbidos de controle, com o objetivo de trocar informações que visem a evitar a duplicidade de esforços nos trabalhos de investigação.

Diversos relatórios com irregularidades encontradas foram encaminhados para subsidiar os trabalhos das respectivas comissões. O Plenário do TCU se manifestou nos TCs nº 013.039/2005-3 (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro), 015.199/2005-6, 016.556/2005-5 e 015.938/2005-4 (Correios), 014.539/2005-5 (Instituto de Resseguros do Brasil – IRB Brasil Resseguros S.A.) e 012.908/2005-1 (Ministério da Justiça). Em outros processos, foram adotadas medidas cautelares, tendo em vista as irregularidades encontradas e a ameaça de dano iminente ao erário.

O presidente Adylson Motta, entregou, em reunião do dia 15.9.2005, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, relatórios preliminares das fiscalizações realizadas pelo Tribunal, em atendimento às solicitações da CPMI. Em 10.10.2005, o presidente do TCU entregou outros relatórios preliminares de contratos examinados. Foram detectados indícios de irregularidades em 26 dos 54 contratos fiscalizados.

Participaram da reunião, o ministro do TCU, Ubiratan Aguiar, relator dos processos da ECT, o procurador-geral junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado, o presidente da CPMI, senador Delcídio Amaral, além dos deputados Osmar Serraglio, Gustavo Fruet e Eduardo Paes.

Também no período, o procurador-geral do TCU, Lucas Rocha Furtado, participou de reunião promovida pela CPI dos Bingos, do Senado Federal.

O TCU encaminhou à CPMI da Terra, relatórios preliminares das fiscalizações realizadas nos convênios celebrados entre 1998 e 2004 pela União (Incra, FNDE e Ministério do Trabalho e Emprego) com a Associação Nacional de Cooperativas Agrícolas, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil e o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. O volume de recursos fiscalizados foi de R\$ 42,7 milhões. A apreciação da auditoria ocorreu em dezembro. O TCU detectou diversas irregularidades nos 109 convênios celebrados pela União. Recursos para o atendimento a gestantes de alto risco foram utilizados na promoção de seminários sobre cidadania. Recursos do FNDE foram utilizados na realização de encontro de comemoração de vinte anos do MST.

As auditorias tiveram como resultado a instauração de inúmeras TCEs, que visam ao ressarcimento da quantia de cerca de R\$ 20 milhões, praticamente a metade do montante transferido (TC nº 003.067/2005-4, Acórdão nº 2.261/Plenário, de 13.12.2005).

Fiscalização de Obras Públicas

O TCU, no exercício do controle externo, deve atender às disposições contidas na LDO sobre a fiscalização de obras financiadas com recursos públicos federais. Para tanto, em 2005, fiscalizou mais obras custeadas com recursos dessa natureza. Os resultados foram encaminhados em setembro de 2005 à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Do universo de obras públicas constantes do Orçamento da União referente ao exercício de 2005, o plano de fiscalizações do Tribunal contemplou 415 fiscalizações: 271 foram fiscalizadas *in loco*, e as 144 restantes, via sistemas informatizados. Desse total, 81 apresentaram irregularidades graves (IG-P) que recomendaram a paralisação das obras.

O quadro 12 relata os percentuais de fiscalização em obras que apresentaram indícios de irregularidades graves em 2005.

Quadro 12
Indícios de irregularidade em obras fiscalizadas

Tipo de indício	Nº de Fiscalizações	%
IG-P	81	19,5
IG-C	87	21,0
Outras Irregularidades	38	9,1
Total	206	49,6

IG-P - Indício de irregularidade grave que enseja paralisação imediata da obra.

IG-C - Indício de irregularidade grave que não enseja, obrigatoriamente, paralisação da obra.

O próximo quadro traz a distribuição das irregularidades graves mais freqüentes que ensejam paralisação de obra (IG-P), por quantidade de incidência.

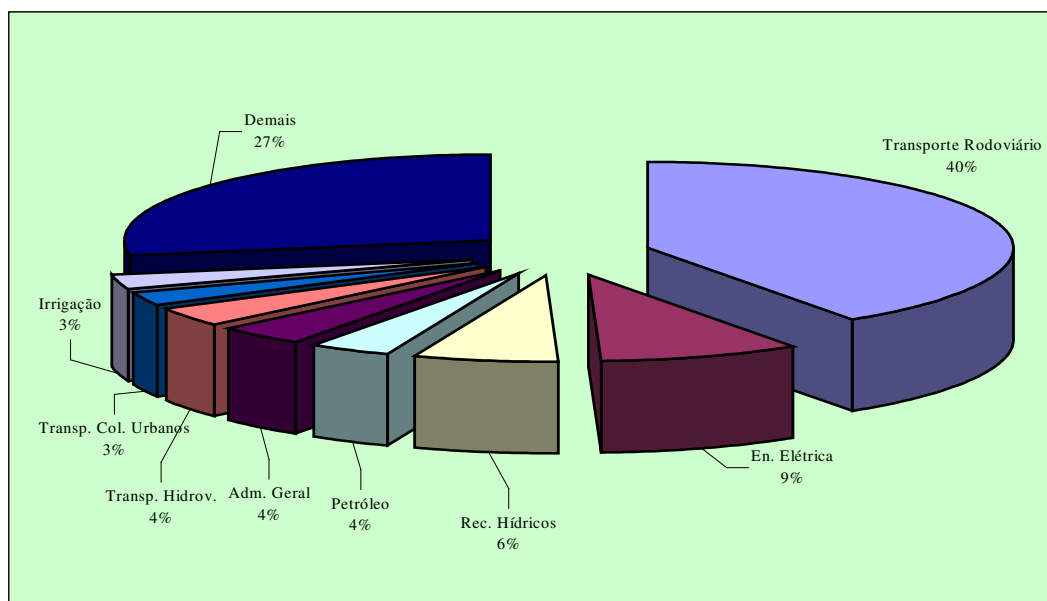
Quadro 13
Irregularidades graves mais freqüentes em obras fiscalizadas

Tipo de Irregularidade Grave (IG-P)	Nº de fiscalizações
Sobrepçoço	32
Irregularidades graves concernentes ao aspecto ambiental	20
Demais irregularidades graves no processo licitatório	20
Superfaturamento	17
Projeto básico/executivo deficiente ou inexistente	14
Alterações indevidas de projetos e especificações	12
Administração irregular de contratos	11
Projeto básico/executivo deficiente ou inexistente com risco de dano ao erário	10
Projeto básico/executivo deficiente ou inexistente ocasionando possível nulidade do processo licitatório ou do contrato	7
Execução orçamentária irregular	7
Outras irregularidades graves	78
Total	228

Observação: em uma fiscalização, o mesmo tipo de IG-P (indício que indica paralisação de obra) pode ocorrer diversas vezes. Nesse caso considerou-se apenas uma ocorrência.

O gráfico 5 apresenta distribuição das fiscalizações por subfunção orçamentária.

Gráfico 5
Distribuição de fiscalizações, por subfunção orçamentária



Obs.: para melhor visualização, acrescentaram-se às "Demais" as subfunções: Infra-estrutura Urbana, Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, Transportes Especiais, Transporte Aéreo, entre outras.

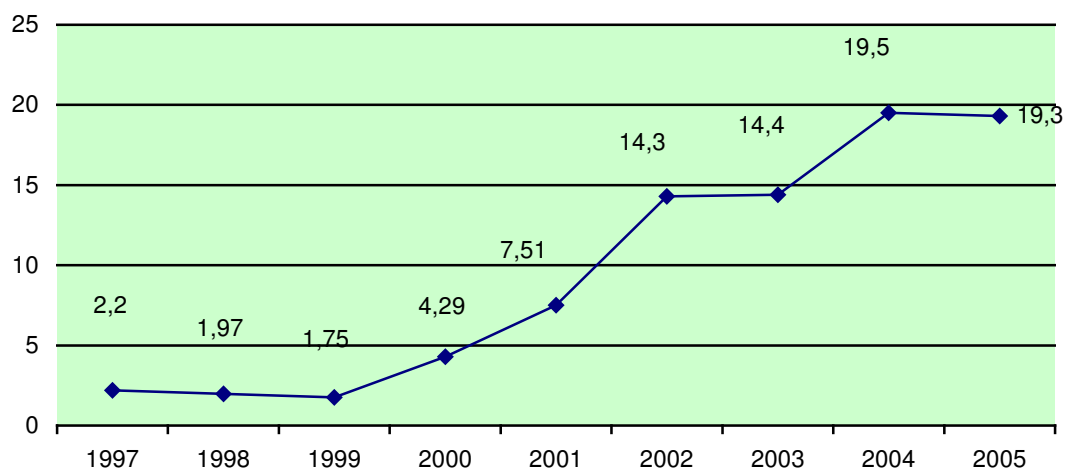
Verifica-se que a função "Transporte", com destaque para a subfunção Transporte Rodoviário, é a mais expressiva em quantidade de fiscalizações: 45%

das auditorias foram realizadas na referida função, correspondendo a cerca de R\$ 4,14 bilhões em dotações. A função “Energia” situa-se em segundo lugar, com mais de 13% das fiscalizações nas subfunções Petróleo e Energia Elétrica. No entanto, esse setor apresenta o maior volume de recursos fiscalizados em 2005, R\$ 11,9 bilhões.

Em 2005, foi mantida a prática de incluir na seleção de obras a serem fiscalizadas os grandes empreendimentos na área de energia, a exemplo do que havia sido feito em 2004, e os chamados projetos genéricos, que abrigam diversas obras em um só programa de trabalho.

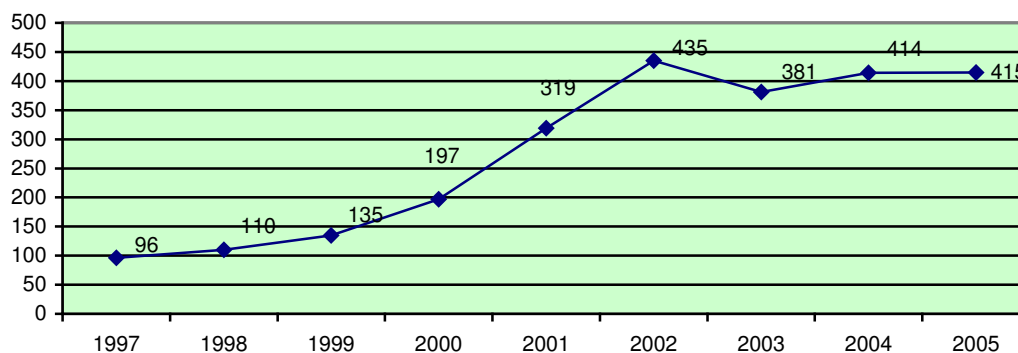
A série histórica, a seguir, apresenta os volumes de recursos alocados em obras públicas auditados entre 1997 e 2005.

Gráfico 6
Volume de recursos anuais fiscalizados em obras públicas (R\$ bilhões)



Observe-se que os 415 subtítulos objeto de fiscalização respondem por, aproximadamente, R\$ 19,3 bilhões em dotações na LOA 2005, valor semelhante ao auditado em 2004 (R\$ 19,5 bilhões), que correspondeu a 414 subtítulos. A série histórica de obras fiscalizadas desde 1997 está demonstrada no gráfico a seguir.

Gráfico 7
Quantidade de obras fiscalizadas



1.11. RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE

De acordo com Joseph M. Juran (Juran's Quality Handbook, 1999-McGraw-Hill), “quem não mede, não gerencia; quem não gerencia, não melhora”. Em consonância com essa premissa, o TCU tem estabelecido e acompanhado diversos indicadores institucionais, por meio da fixação de metas de desempenho.

As ações de controle constituem mecanismos pelos quais o Tribunal de Contas da União busca alcançar objetivos institucionais decorrentes das atribuições preconizadas na Constituição Federal. Como estratégia de acompanhamento dessas ações, visando a otimizar os processos de trabalho, foram adotados indicadores numéricos, no Plano de Diretrizes do TCU para 2005, que permitissem mensurar avanços obtidos e avaliar o grau de alcance das metas pactuadas.

Os dados apresentados nos quadros e gráficos, a seguir, permitem breve análise dos resultados alcançados pela Corte de Contas no decorrer de 2005 e são referentes a indicadores de desempenho que interferem no cálculo do resultado institucional.

Quadro 14
Grau de alcance das metas de 2005

Nº	Indicador	Meta	Executado	Realizado
1	Processos apreciados de forma conclusiva	6.380	5.892	92,4%
2	Processos de contas de 2004 apreciados	1.523	1.171	76,9%
3	Processos de contas e DRC até 2003 apreciados	500	626	125,2%
4	Processos de fiscalização de 2004 e 1º semestre de 2005 apreciados	573	473	82,5%
5	Processos de fiscalização até 2003 apreciados	180	134	74,4%
6	Processos de TCE apreciados	1.450	1.413	97,4%
7	Recursos apreciados	1.300	1.186	91,2%
8	Atos de pessoal apreciados	60.000	79.181	132,0%
9	Atos de pessoal com indício de ilegalidade apreciados	2.800	3.546	126,6%
10	Homens-dias de fiscalização	39.000	44.951	115,3%
11	Utilização de matrizes de planejamento, achados e procedimentos em auditorias	100%	87%	87,0%
12	Resultado institucional	100%	91%	91%

Vale ressaltar que parte da remuneração dos servidores está atrelada ao alcance de resultados institucionais. Essa prática tem contribuído para melhorar os resultados da atuação do controle, assim como para a articulação e a interação de prioridades, iniciativas e unidades. Em todas as etapas, são fundamentais a participação ativa e o compromisso de todo o corpo técnico e deliberativo com os destinos traçados para o TCU. É nessa hora que os planos, as diretrizes e as metas deixam de ser um alvo a ser alcançado no futuro para se transformarem em desafios presentes.

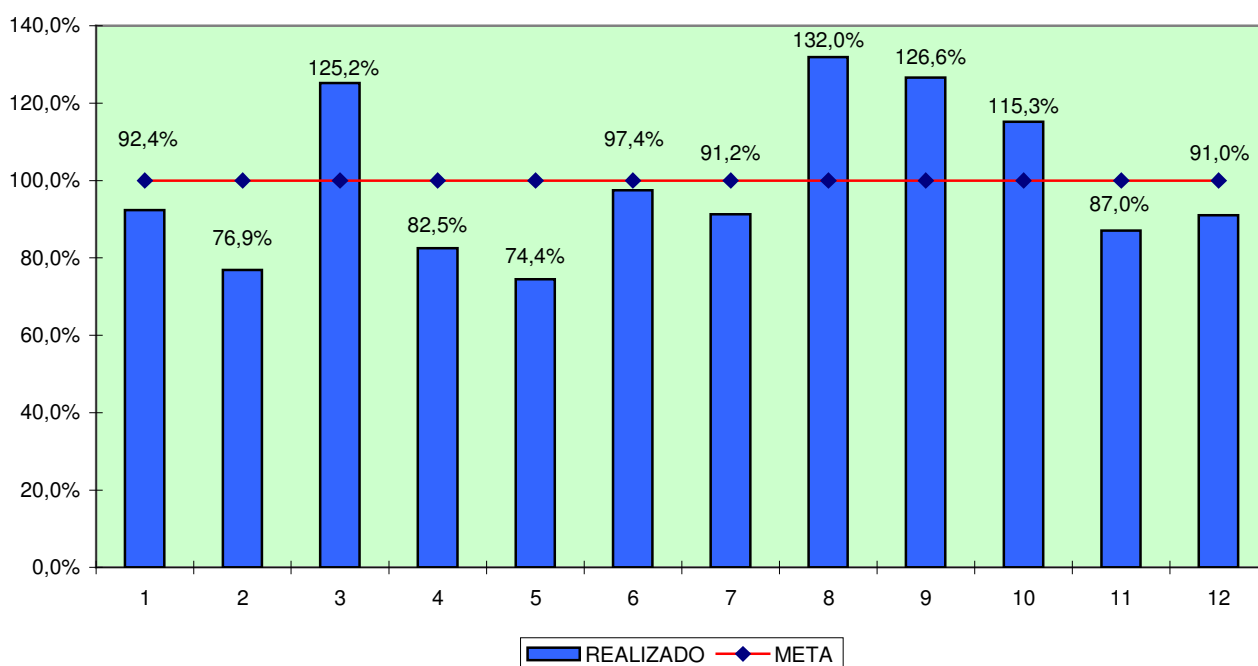
As metas estabelecidas pelo TCU no Plano de Diretrizes para o exercício de 2005 foram distribuídas ao longo do ano, para fins de acompanhamento e

avaliação do seu grau de execução. O índice de alcance das metas pactuadas alcançou o valor de 91%.

De modo geral, as metas relacionadas à apreciação de atos de pessoal, processos de denúncia, representação, consulta e tomada de contas especial e à realização de fiscalizações, bem como relativas ao incremento de qualidade nessa atividade, superaram ou tiveram resultado próximo ao planejado. A meta relacionada à apreciação de processos de controle externo ficou aquém do estabelecido, essencialmente, em função da complexidade crescente desses processos, da expressiva alocação de esforços extras para a realização de fiscalizações para subsidiar a CPMI dos Correios, assim como em razão do fato de o TCU ter funcionado, praticamente durante todo o ano de 2005, com dois ministros a menos em decorrência de aposentadorias ocorridas em 2003 e 2004. Mesmo com a posse do ministro Augusto Nardes, em 2005, ainda permanece a vaga de um ministro, fato que tem impacto direto no quantitativo de processos apreciados.

O gráfico abaixo apresenta o resultado alcançado para cada indicador relacionado no quadro 14 (numerados de 1 a 12).

Gráfico 8
Percentual de alcance das metas



De maneira geral, pode-se afirmar que a dedicação, a seriedade e o esforço de autoridades, gerentes e servidores na gestão e na utilização dos recursos disponíveis para o Tribunal – recursos estes sabidamente aquém dos necessários e desejados para o pleno êxito de suas funções – foram fatores preponderantes para que o resultado institucional tendesse à plenitude, com índice de 91%.

O indicador de utilização de matrizes de planejamento, procedimentos e achados em auditorias, embora não possua participação significativa no

desempenho institucional, merece destaque por representar marco na busca por indicadores que possam garantir melhor qualidade nas ações de controle.

Os gráficos adiante apresentam a evolução mensal acumulada dos principais indicadores estabelecidos para 2005.

Gráfico 9
Processos de controle externo apreciados conclusivamente, exceto pessoal e recurso

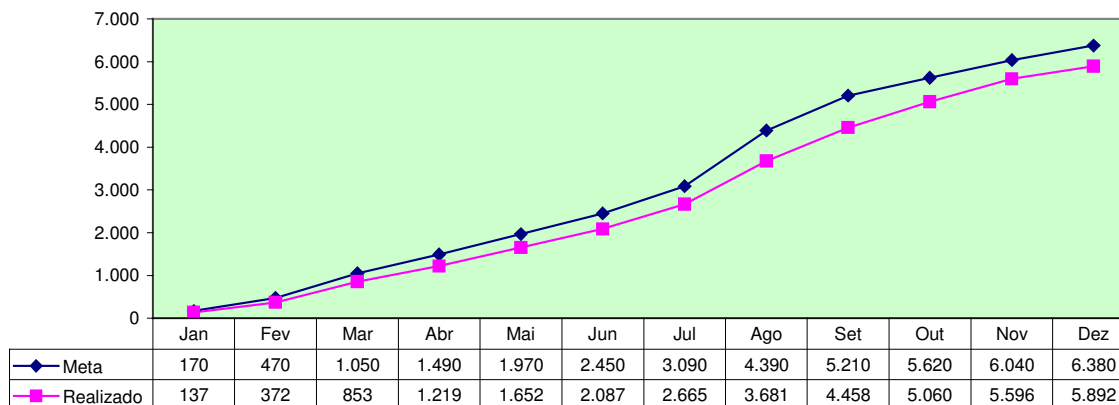


Gráfico 10
Processos de fiscalização autuados em 2004 e no 1º semestre de 2005, apreciados conclusivamente

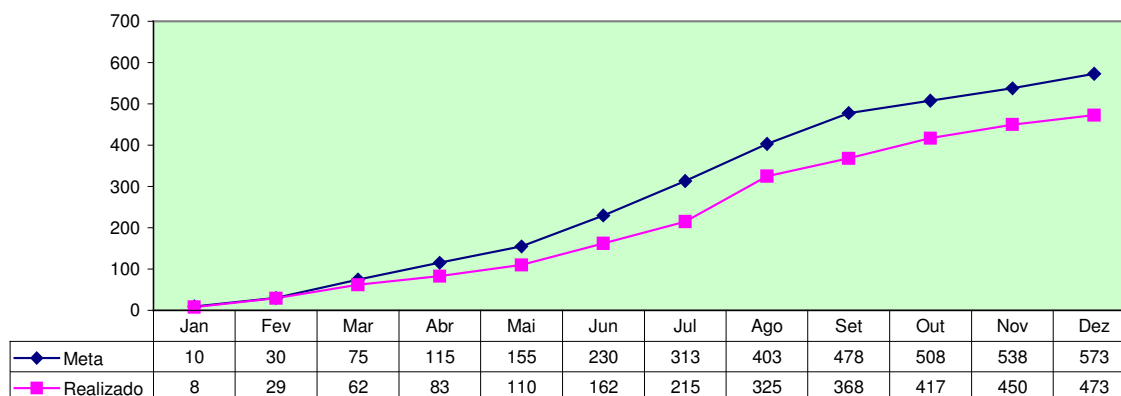


Gráfico 11
Recursos apreciados conclusivamente

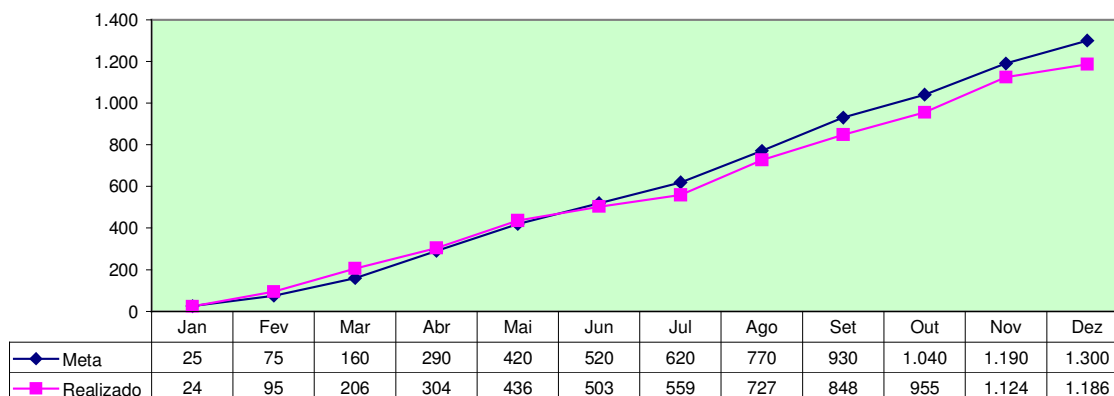


Gráfico 12
Atos de pessoal apreciados conclusivamente

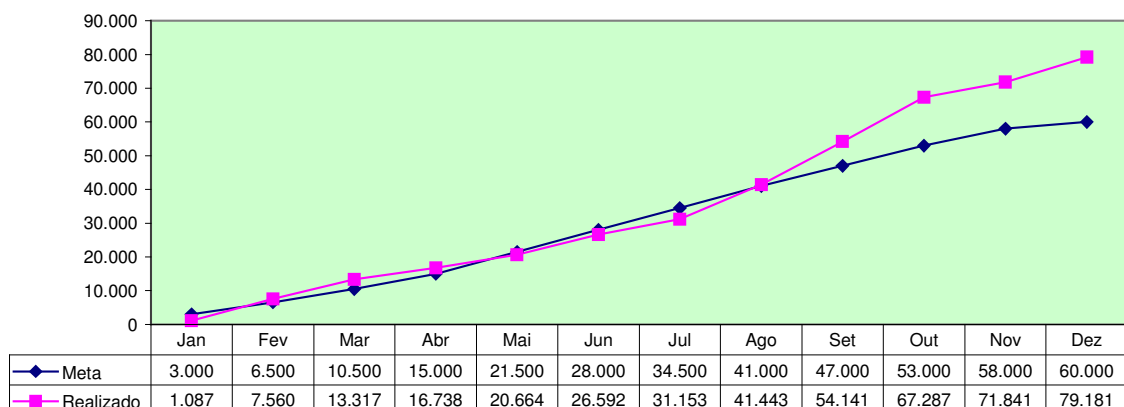


Gráfico 13
Homens-dia de fiscalização

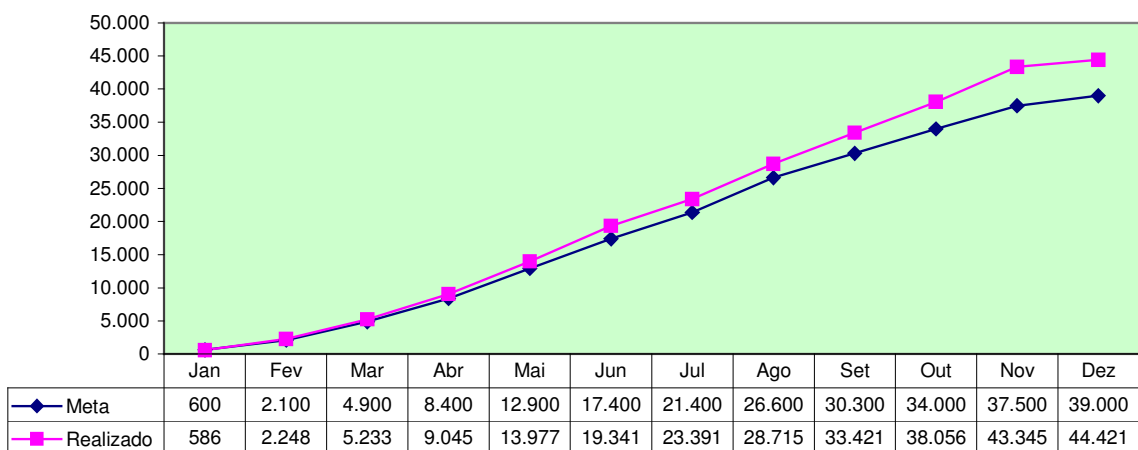
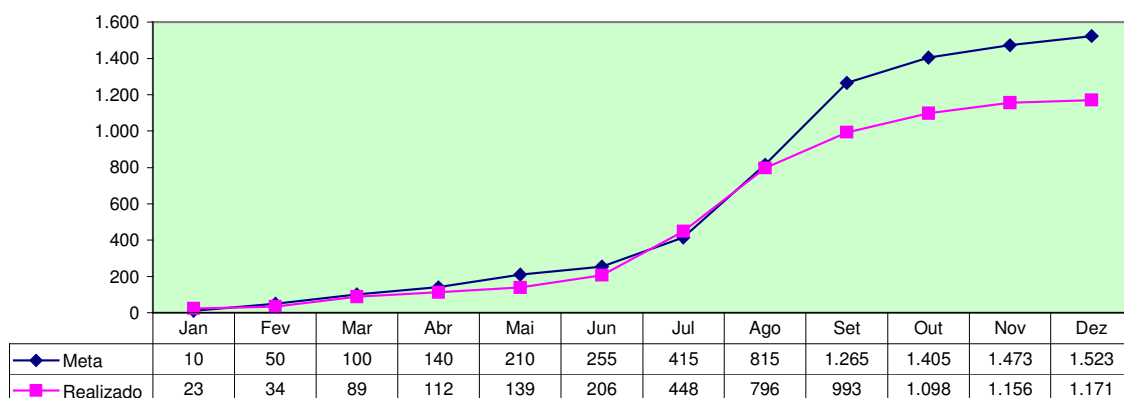


Gráfico 14
Processos de contas de 2004 apreciados conclusivamente



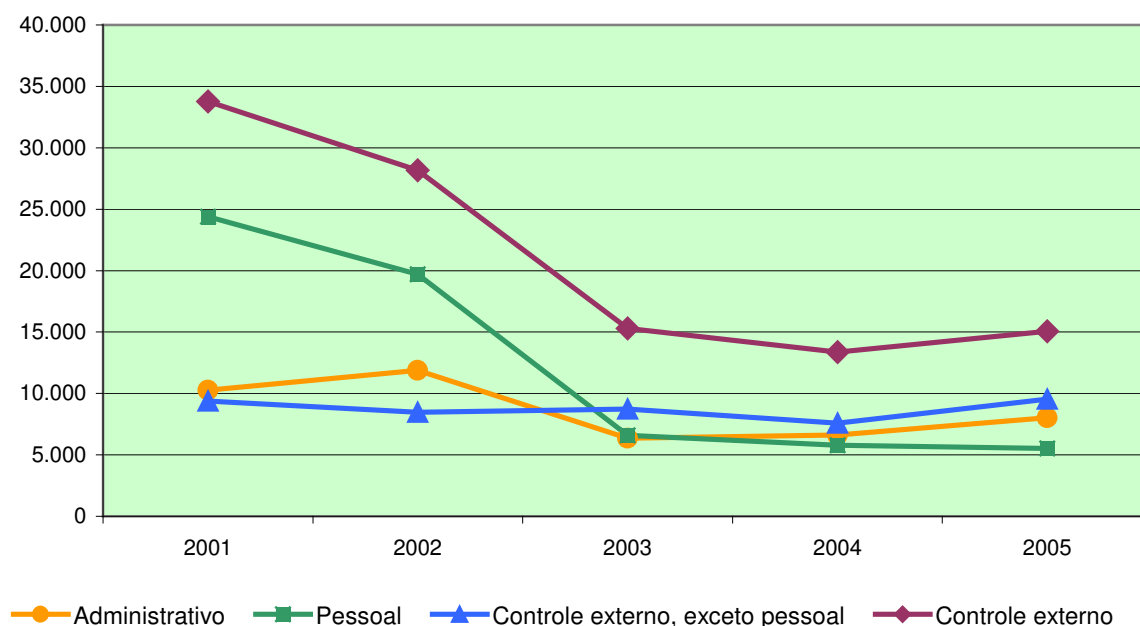
Apesar dos esforços adotados nos últimos anos, relativamente à apreciação das contas até o final do exercício seguinte ao de sua apresentação, verifica-se que aproximadamente 350 contas não foram apreciadas conforme planejado.

Evolução dos Estoques de Processos

O fluxo histórico de processos vem se mostrando constante, de forma que a quantidade de processos com entrada em cada ano é bastante próxima do quantitativo de saída. No ano de 2005, contudo, percebe-se pequena elevação da quantidade de processos em estoque.

Os gráficos adiante revelam a evolução dos estoques de processos e dos tempos médios de atendimento, de estoque e potencial.

Gráfico 15
Evolução dos estoques de processos



O quadro 15 apresenta os quantitativos de processos em estoque ao final de cada exercício, por tipo de processo.

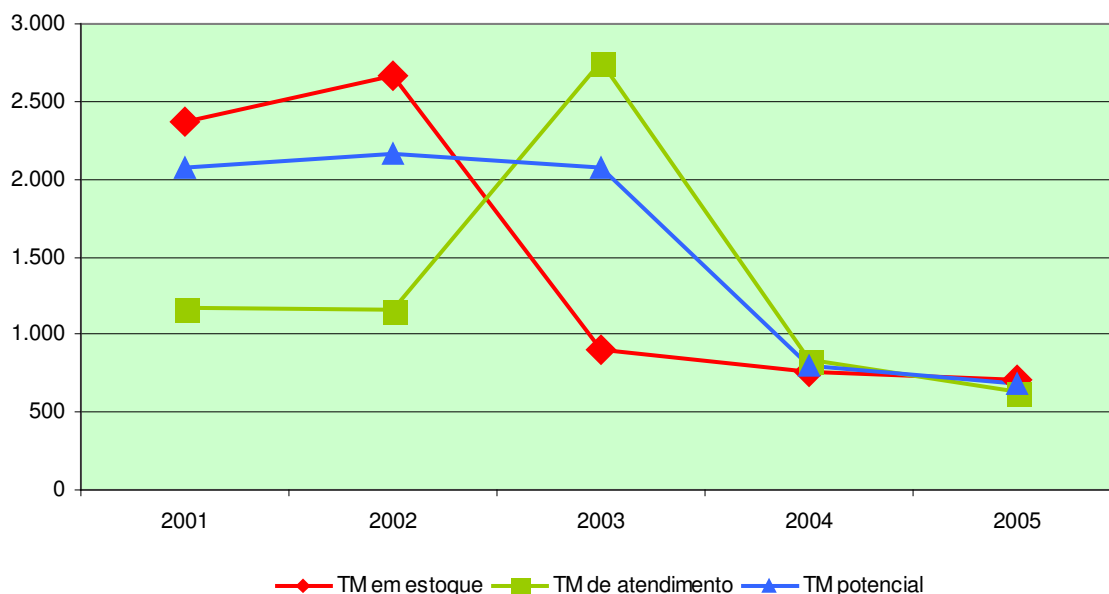
Quadro 15
Evolução dos estoques de processos

Tipo de Processo	2002	2003	2004	2005
Pessoal	19.703	6.580	5.795	5.532
Controle externo (exceto pessoal)	8.466	8.725	7.583	9.539
Subtotal	28.169	15.305	13.378	15.071
Administrativo	11.889	6.352	6.607	8.024
Total	40.058	21.657	19.985	23.095

Nota

Considera-se como estoque todos os processos não encerrados ao fim do exercício (podendo ou não já ter sido julgados), excetuados os diferidos.

Gráfico 16
Tempo médio dos processos de controle externo



Notas:

- 1) TM em estoque: média de tempo decorrido, em dias, entre a data de autuação e 31/12 de cada ano dos processos em estoque.
- 2) TM de atendimento: média de tempo decorrido, em dias, entre as datas de autuação e apreciação dos processos entre 01/01 e 31/12 de cada ano.
- 3) TM potencial: média ponderada entre as duas médias anteriores. Representa o tempo necessário para apreciação de todos os processos em estoque, considerando para cada processo o tempo médio de apreciação verificado nos últimos 12 meses.
- 4) O encerramento de 12.712 processos de pessoal autorizado pelo TC nº. 2.187/2003-1 ocasionou, simultaneamente, a elevação do tempo médio de atendimento e a redução do tempo médio em estoque no exercício de 2003.

Índice do Plano Plurianual para o Programa de Controle Externo do TCU

A Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, (Plano Plurianual 2004–2007) contempla um único programa sob responsabilidade do TCU: o Programa de Controle Externo. Para mensurar o desempenho desse programa, foi estabelecido índice específico, cuja fórmula de cálculo é: (processos apreciados no ano) / (processos em estoque em 31/12 do ano anterior + processos autuados no ano), assim considerados:

- processos apreciados no ano: processos apreciados pelo Tribunal, de forma conclusiva ou não;
- processos em estoque: processos abertos, exceto administrativos, estágio probatório, cobrança executiva e processos típicos da Conjur;
- processos autuados no ano: processos de controle externo, exceto cobrança executiva.

A meta para o índice do PPA 2004-2007 está distribuída do seguinte modo: 2004 – 37%; 2005 – 38%; 2006 – 39%; 2007 – 40%.

O quadro 16 mostra a evolução do índice de apreciação de processos, indicador do TCU constante do Plano Plurianual – PPA 2004–2007 do Governo Federal.

Quadro 16
Índice de apreciação de processos definido no PPA⁽¹⁾

Item	2002	2003	2004	2005
Processos apreciados no período de 01/01 a 31/12 (A) ⁽²⁾	14.285	14.452	10.660	10.516
Estoque em 31/12 do ano anterior (B)	21.056	16.337	15.330	13.378
Processos autuados no período de 01/01 a 31/12 (C)	10.515	11.748	9.108	11.241
Índice alcançado $\{(A/(B+C))\}$ %	45,2%	51,5%	43,6%	42,7%
Meta do Plano Plurianual	33,0%	35,0%	37,0%	38,0%
Diferença entre o Índice TCU alcançado e a meta PPA	+12,2%	+16,5%	+6,6%	+4,7%

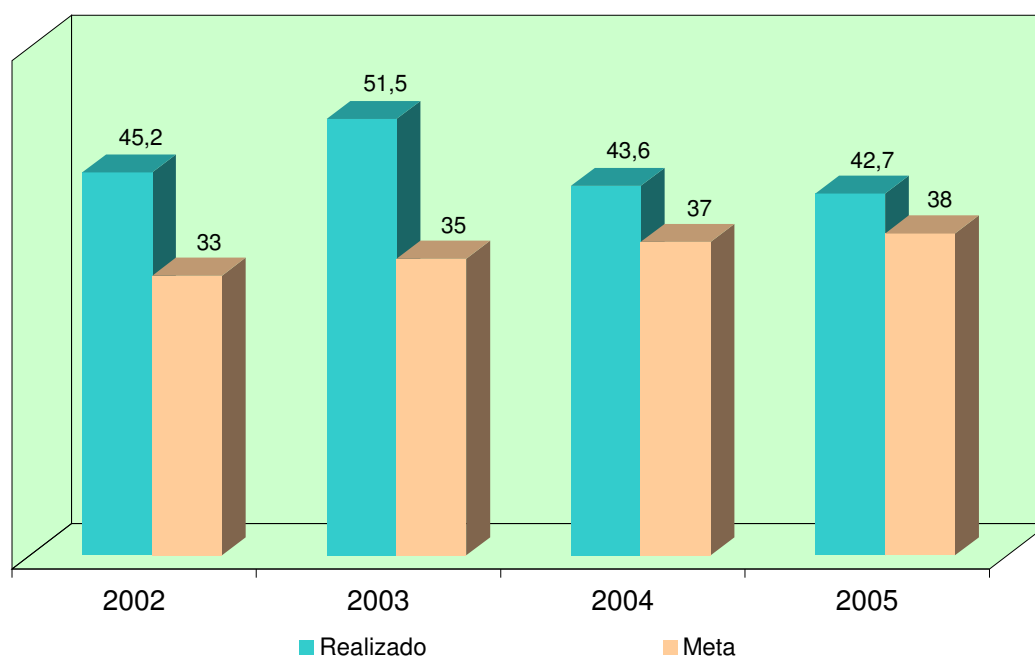
Observações:

(1) PPA - Plano Plurianual 2000 - 2003 e 2004 - 2007 do Governo Federal;

(2) Desconsiderados, em 2003, 12.712 processos de pessoal encerrados em razão do TC-002.187/2003-1.

O gráfico 17 apresenta a evolução do índice do PPA em confronto com a meta, no período de 2002 a 2005.

Gráfico 17
Evolução do índice PPA



O índice PPA, em condição de equilíbrio, deverá ser da ordem de 40%. Considerando ser desejável ter fluxo positivo na apreciação de processos, foi proposto ajuste da meta de 42%, para 2008, e de 43%, para 2009.

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A dotação inicial prevista para o TCU no Orçamento Geral da União (OGU), aprovado pela Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005 (Lei Orçamentária Anual), foi de R\$ 782.640.654,00. No transcorrer do exercício, entretanto, a distribuição inicial dos recursos revelou-se inadequada para atender as necessidades do Tribunal. Assim, visando a readequar a disponibilidade orçamentária e financeira de recursos, face a carência de dotação em algumas rubricas, pleiteou-se junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a realocação dos créditos inicialmente destinados ao TCU.

No mesmo teor e observando-se o disposto no § 1º do art. 66 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, regulamentada pela Portaria SOF nº 2, de 11 de fevereiro de 2005, procedeu-se à abertura de créditos suplementares. Mediante publicação de portarias do Presidente do TCU foi possível a realocação da disponibilidade orçamentária, dentro dos limites permitidos por lei, ao longo do exercício financeiro de 2005.

Dessa forma, o orçamento final do TCU em 2005 manteve-se em R\$ 782.640.654,00, apresentando, no entanto, nova distribuição. Sendo R\$ 680.072.612,00 destinado a Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 89.645.412,00 referente a Outras Despesas Correntes, R\$ 12.032.520,00 relativo a Despesas de Capital e R\$ 890.110,00 de Juros e Encargos da Dívida, conforme especificado nos quadros adiante.

Quadro 17
Execução orçamentária e financeira

Natureza da despesa	Dotação	Valor Liquidado	%	Saldo Orçamentário
DESPESAS CORRENTES	770.608.134,00	764.742.404,08	99,24	5.865.729,92
- PESSOAL	680.072.612,00	679.024.802,46	99,85	1.047.809,54
Ativo	332.904.188,00	332.904.188,00	100,00	-
Inativo e Pensionistas	281.874.773,00	281.874.773,00	100,00	-
PSSS	65.293.651,00	64.245.841,46	98,40	1.047.809,54
- JUROS E ENC. DÍVIDA	890.110,00	81.788,90	9,19	808.321,10
- OUTROS CUSTEIOS	89.645.412,00	85.635.812,72	95,53	4.009.599,28
Material de Consumo	4.054.537,12	3.016.869,04	74,41	1.037.668,08
Serviços de Terceiros	53.095.390,32	50.880.551,54	95,83	2.214.838,78
Auxílios Financeiros	27.066.443,71	26.997.512,29	99,75	69.931,42
Outras Despesas	5.429.040,85	4.740.879,85	87,32	688.161,00
DESPESAS DE CAPITAL	12.032.520,00	4.859.513,63	40,39	7.173.006,37
Total Geral	782.640.654,00	769.601.917,71	98,33	13.038.736,29

Quadro 18
Previsão e execução orçamentária, por projeto e atividade

Projeto/atividade	Dotação (A)	Contingencia do (B)	Saldo C=(A-B)	Execução (D)	[(D)/(C)] %
Fiscalização da aplicação dos recursos públicos federais	388.163.585		388.163.585	382.212.144	98,47
Amortização e encargos da dívida contratual externa	890.110		890.110	81.788	9,19
Capacitação de recursos humanos	2.167.240		2.167.240	1.898.779	87,61
Contribuição à Intosai	11.000	3.165	7.834	7.834	100
Contribuição à Olacefs	29.000		29.000	18.544	63,94
Contribuição à Organização das Instituições Supremas de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	35.000		35.000	0	0
Auxílio-alimentação aos servidores e empregados	11.416.627		11.416.627	11.416.627	100
Auxílio-transporte aos servidores e empregados	100.000		100.000	31.068	31,07
Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores	1.866.790		1.866.790	1.866.790	100
Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes	12.018.106		12.018.106	12.018.106	100
Construção de sedes da secretaria de controle externo	352.000		352.000	352.000	100
Modernização da capacidade institucional do TCU	15.069.972	1.502.218	13.567.753	12.737.620	93,88
Pagamento de aposentadorias e pensões	281.874.773		281.874.773	281.874.773	100
Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais – Assistência Técnica aos Tribunais de Contas dos Estados – Nacional	2.512.800	2.512.800	0	0	0
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	65.293.651		65.293.651	64.245.841	98,40
Construção da Sede do Instituto Serzedello Corrêa – ISC	840.000		840.000	840.000	100
Total	782.640.654	4.018.184	778.622.470	769.601.917	98,84

O quadro adiante apresenta a execução orçamentária do TCU, no exercício de 2005, por modalidade de licitação aplicável.

Quadro 19
Execução orçamentária por modalidade de licitação aplicável

Modalidade	Valor (R\$)	Participação (%)
Convite	1.001.989,05	1,97
Tomada de preços	4.261.368,18	8,38
Concorrência	17.830.850,18	35,07
Pregão	11.357.184,64	22,34
Dispensa e inexigibilidade	16.163.213,84	31,79
Suprimento de fundos	232.576,53	0,45
Total	50.847.182,42	100%

2.1. CONTRATOS E CONVÊNIOS

Ao final do exercício de 2005, estavam vigentes, no TCU, 254 contratos, 16 convênios e 39 acordos de cooperação técnica. O quadro 20 informa os quantitativos de contratos e convênios firmados pelo TCU em 2005.

Quadro 20
Contratos e convênios firmados em 2005

Tipo de formalização	Qtde.
Contratos	90
Termos aditivos	145
Contratos emergenciais	17
Reajustes	6
Convênios	3
Outros	4
Total	265

2.2. IMÓVEIS, OBRAS E ENGENHARIA

O Tribunal deu seguimento a diversas atividades de manutenção e reparo nas estruturas dos prédios da sede e de secretarias nos estados. No que concerne aos imóveis ocupados pelas secex nos estados, o quadro a seguir retrata a situação existente, especificando os que dispõem de espaços próprios, alugados ou sob regime de cessão.

Quadro 21
Situação dos imóveis ocupados pelas Secex nos estados em 2005

Situação	Estado/DF
Espaço cedido pela Delegacia do Ministério da Fazenda	SP
Espaço cedido por Governo Estadual	AP
Imóvel alugado	AC, RR, RO, TO
Imóveis próprios	Os 20 restantes

Das oito obras planejadas para 2005, conforme quadro adiante, duas foram concluídas e seis estavam em andamento em dezembro de 2005.

Quadro 22
Demonstrativo de obras e reformas

Nº	Etapa	Realizado em 2005 (%)	Previsão/ Conclusão
1	Retomada da construção da Secex-TO em out/05	75%	mar/06
2	Projeto básico para contratação de empresa especializada na elaboração de projetos básicos e executivo do CPD/Setec	100%	nov/05
3	Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer – elaboração de projeto de arquitetura do Anexo III	10%	mar/06
4	Estudo de otimização de espaço físico nos anexos e no Ed. Sede – TCU, readequações e estruturações desses espaços	100%	dez/05
5	Construção de um solário Pro-Mater	60%	jan/06
6	Substituição do sistema de distribuição de água potável do Ed. Sede	60%	fev/06
7	Modernização tecnológica dos elevadores do Ed. Sede. (Eliminação de pendências) (Execução de adequação)	0% 25%	jan/06
8	Substituição do sistema hidropneumático – 2º contrato	50%	fev/06

2.3. RACIONALIZAÇÃO DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS

A estratégia de contenção de gastos adotada pelo TCU ao longo do exercício de 2005 proporcionou economias significativas. Contribuíram para tanto, entre outras, as seguintes medidas:

- adequação do contrato de prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, com otimização de postos, acarretando redução de 12,9% nos gastos: economia da ordem de R\$ 635 mil por ano;
- implantação de medidas de reeducação na utilização de telefones, com adoção de controle de uso mediante senhas: economia da ordem de R\$ 700 mil por ano;
- racionalização de gastos com passagens aéreas, mediante a utilização de tarifas promocionais, resultando em economia de R\$ 2 milhões por ano. Em termos quantitativos, foi alcançado o percentual de 92,2% de passagens aéreas emitidas com tarifa promocional;
- racionalização do formato da publicação das deliberações do TCU no DOU, o que representará economia de aproximadamente R\$ 14 milhões anuais ao erário; de acordo com a nova formatação, já adotada por outros tribunais, apenas a ementa e o acórdão são publicados integralmente no periódico; o relatório e o voto que fundamentam a decisão são disponibilizados na página do TCU na internet (www.tcu.gov.br).

2.4. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2006

A proposta orçamentária do TCU para 2006 foi elaborada em consonância com as necessidades do Tribunal, e de acordo com a Lei nº 10.933, de 11.8.2004, (PPA 2004-2007). Foi fixado o limite orçamentário do TCU para 2006 em R\$ 856 milhões.

O quadro adiante apresenta a evolução da participação orçamentária do Tribunal no Orçamento Geral da União (OGU), até 2006.

Quadro 23
Evolução da participação orçamentária do TCU no OGU

	2003	2004	2005	2006
OGU, exceto orçamento de investimento	1.036.056	1.469.196	1.606.403	1.637.904
Dotação orçamentária do TCU (milhões R\$)	627	650	783	856 *
Participação do TCU no OGU	0,06%	0,04%	0,05%	0,05%

* Proposta para o ano de 2006.

2.5. CONTROLE INTERNO

A Secretaria de Controle Interno (Secoi), nos termos da Resolução nº 140/2000, tem por finalidade assessorar o Presidente na supervisão da correta gestão orçamentário-financeira e patrimonial do TCU, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

A Secoi atua nas vertentes da auditoria e do acompanhamento, da orientação e da avaliação da gestão, por meio de ações preventivas e concomitantes aos fatos financeiro-orçamentários e patrimoniais. Busca, dessa forma, aperfeiçoar os processos de trabalho, eliminar falhas e impropriedades e fortalecer os sistemas de controle existentes. Assim, contribui para que a Administração do TCU seja um modelo a ser seguido pelas instituições da Administração Pública Federal.

Na vertente orientativa, periodicamente, a Secoi expede orientações prévias e sistemáticas, nos termos da legislação vigente e das decisões emanadas pelo TCU. Isso com a finalidade de evitar ocorrência, na Casa, de falhas encontradas em auditorias e avaliações de gestão realizadas. Para tanto, são utilizados os informativos "Secoi-comunica", encaminhados via e-mail, para a caixa postal dos setores interessados, e, desde janeiro de 2005, divulgados também no União.

Considerando que as dúvidas de uma determinada unidade frequentemente são dúvidas das demais, as respostas a consultas relativas a atos e fatos administrativos, passaram a ser enviadas, por meio do "Secoi-comunica", a todas as unidades do Tribunal, constituindo-se, assim, em importante instrumento de orientação.

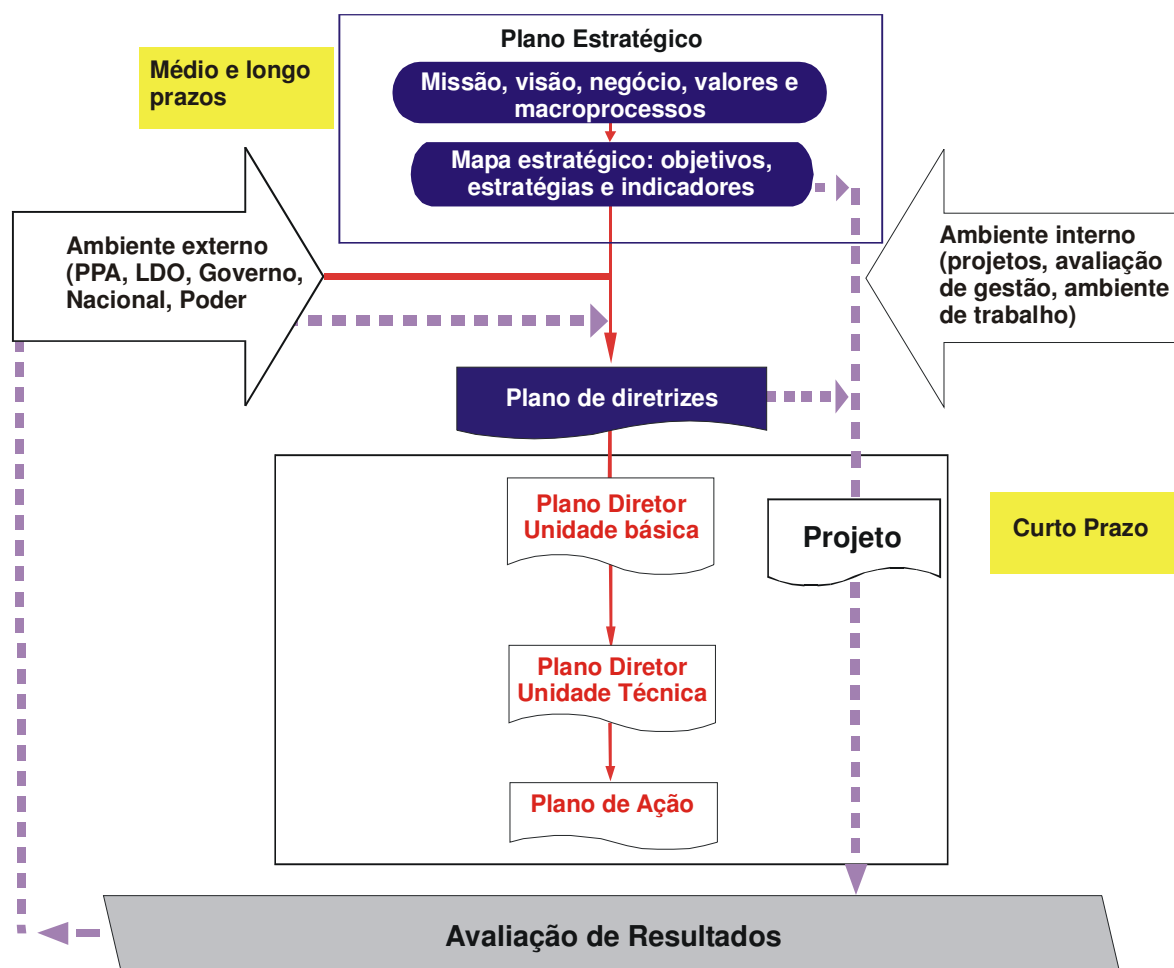
3. ESTRATÉGIAS E PLANOS

Nos últimos anos, o Tribunal tem dado especial ênfase à função de planejamento, de forma a melhor conhecer as expectativas de seus clientes e a estabelecer prioridades de atuação. A pactuação de metas anuais de desempenho, alinhadas às estratégias institucionais de longo prazo, tem contribuído para a melhoria dos resultados e conferido maior constância de propósitos. Adicionalmente, parte da remuneração dos servidores está atrelada ao alcance de resultados institucionais.

Essas práticas têm contribuído para melhorar os resultados da atuação do controle, assim como para a articulação e a interação de prioridades, iniciativas e unidades do Tribunal. Em todas as etapas, são fundamentais a participação ativa e o compromisso de todo o corpo técnico e deliberativo com os destinos traçados para o TCU. É nessa hora que diretrizes, metas e medidas deixam de ser um alvo a ser alcançado no futuro para se transformarem em desafios presentes.

O Modelo do Sistema de Planejamento e Gestão construído para o Tribunal está alicerçado na combinação das metodologias do *Balanced Scorecard* – BSC e do Gerenciamento por Diretrizes – GPD. Graficamente, o modelo está estruturado conforme a figura adiante.

MODELO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO



O modelo de planejamento no âmbito do TCU comporta duas instâncias distintas, mas complementares: planejamento estratégico e planejamento por diretrizes, ambas tratadas nos itens adiante.

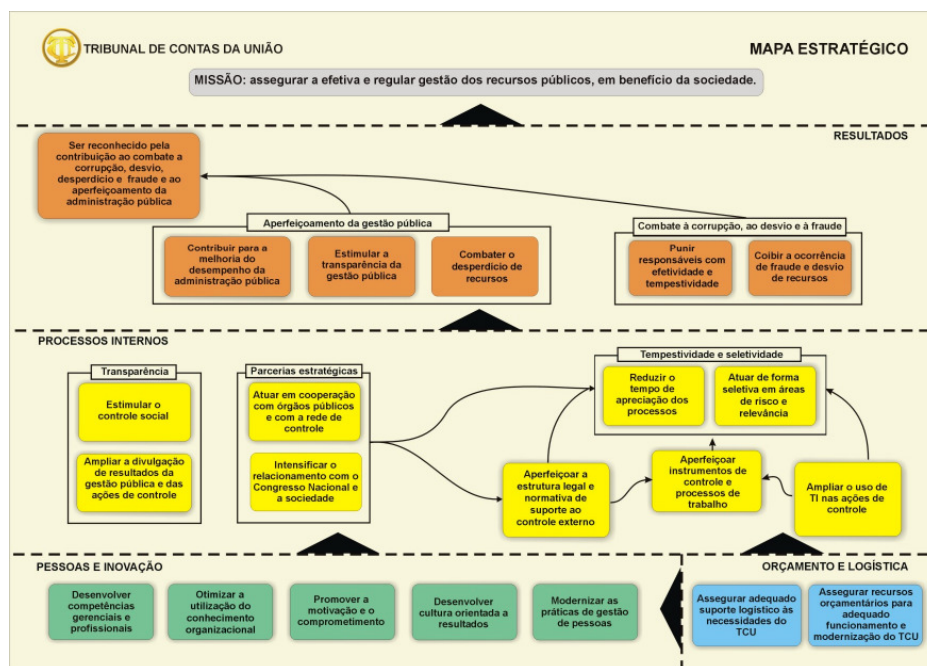
3.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A consolidação e o aprimoramento contínuo do sistema de planejamento institucional têm contribuído, significativamente, para ampliar e aprimorar a capacidade de resposta a complexas e crescentes demandas apresentadas ao Tribunal. O estabelecimento de metas de longo prazo, o monitoramento e a transparência de indicadores de desempenho e a implementação de projetos de melhoria têm permitido estabelecer propósitos de longo prazo e melhorar, ano a ano, os resultados institucionais.

Em 2005, foi revisado o Plano Estratégico do TCU (PET), definindo-se as orientações para o período de 2006 a 2010. O novo PET, elaborado com base na metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC), revela as opções estratégicas definidas para o TCU.

A nova versão do PET contempla a definição de 22 objetivos estratégicos agrupados em quatro perspectivas. São elas: Orçamento e Logística, Pessoas e Inovação, Processos Internos e Resultados. Cada objetivo possui, ainda, indicadores de desempenho associados de forma a permitir a aferição do seu grau de alcance. O mapa estratégico, disposto a seguir, ilustra a essência do novo PET.

MAPA ESTRATÉGICO



3.2. PLANEJAMENTO POR DIRETRIZES

O Plano de Diretrizes do TCU é elaborado a partir das disposições contidas no PET, do ambiente externo e do diagnóstico institucional. Considera informações colhidas em reuniões de reflexão realizadas nas diferentes unidades do Tribunal e nos resultados da auto-avaliação institucional e da pesquisa de satisfação dos servidores.

Para o exercício de 2005, definiu-se 8 diretrizes, cujo grau geral de alcance foi da ordem de 91%, conforme já especificado no capítulo 2. As diretrizes referem-se, essencialmente, ao atendimento tempestivo às demandas do Congresso Nacional; à manutenção do fluxo positivo de apreciação conclusiva de processos de controle externo; à redução do tempo médio de atendimento às demandas apresentadas; à ampliação da interação com o público externo e à consolidação de práticas de valorização de todo o corpo funcional.

No segundo semestre de 2005, foram realizadas as discussões para atualização do Plano Estratégico para o período de 2006 a 2010. Ao mesmo tempo, iniciaram-se as discussões para a elaboração das diretrizes para 2006.

O Plano de Diretrizes do TCU para 2006 está focado em metas e medidas tendentes a recuperar o fluxo positivo na apreciação conclusiva de processos. Porém, a concretização de todo o sistema de planejamento e gestão virá, de fato, na seqüência dos trabalhos, quando serão realizados os desdobramentos das diretrizes traçadas no mencionado plano, e elaborados e executados os respectivos planos táticos e operacionais de cada unidade, os chamados planos diretores. As diretrizes para 2006 são:

- aprimorar a tempestividade e a qualidade no atendimento às demandas do Congresso Nacional;
- obter fluxo positivo de apreciação de processos de controle externo e de atos de pessoal, sem prejuízo do cumprimento dos planos de fiscalização;
- aumentar a tempestividade na apreciação dos processos de controle externo;
- ampliar a efetividade das ações de controle relativas ao combate a corrupção, desvio, desperdício e fraude;
- ampliar a contribuição do TCU para o aperfeiçoamento da administração pública;
- melhorar o nível de conhecimento do TCU junto à sociedade;
- aprimorar a gestão de pessoas e equipes no Tribunal.

4. GESTÃO DE PESSOAS

A necessidade de aperfeiçoamento é fundamental para a sobrevivência de qualquer organização. O mundo do trabalho tem de lidar com desafios complexos, resultantes de mudanças políticas, ambientais, sociais e econômicas. Isso demanda interação responsável, sustentável e bem equilibrada entre todas as partes interessadas para a obtenção contínua de melhores resultados. Atualmente, são muitas as divergências que podem ser apontadas em matéria de gestão de pessoas, mas uma conclusão é ponto pacífico: o ser humano é quem mais merece cuidados dentro da organização.

No intuito de alinhar sua política de recursos humanos com as tendências relativas à gestão de pessoas, o Tribunal instituiu o projeto de Atualização da Administração de Recursos Humanos no TCU (Atuar). Para alcançar esse objetivo, o Atuar iniciou os trabalhos com a identificação dos atuais processos de trabalho da Secretaria de Recursos Humanos e seus desdobramentos. Uma das propostas do projeto é redesenhar os processos críticos de trabalho, o programa de desenvolvimento profissional para o corpo técnico da área de recursos humanos (RH), o aperfeiçoamento da pesquisa de satisfação profissional e a implementação de nova ferramenta de gerenciamento de serviços de pessoal.

Outro projeto de grande relevância na área de gestão de pessoas é o Projeto Pessoa I, cujo objetivo é desenvolver conjunto de soluções de tecnologia da informação, com vistas à manutenção dos sistemas de Gerenciamento de Recursos Humanos (GRH), Avaliação de Desempenho (Sipad) e Folha de Pagamento. O projeto também dará início ao desenvolvimento e implantação do novo Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIGP), que visa a substituir gradualmente os sistemas já citados no médio e longo prazos. O projeto criará condições propícias ao saneamento dos atuais sistemas de informação utilizados para o controle de recursos humanos, assim como buscará atuar no sentido de integrar as várias bases de dados paralelas de RH existentes no Tribunal.

Cabe, também, à organização oferecer recursos de aprendizagem necessários ao desenvolvimento das competências estabelecidas, além de sistema de reconhecimento que valorize o empenho das pessoas para aprender e produzir. Esse modelo de gestão está calcado no conceito de competências. O Tribunal, por meio do Projeto Atena, sinalizou sua intenção de implantar modelo de gestão por competências que pudesse, de um lado, valorizar o empenho dos servidores em se tornar profissionais cada vez mais competentes e, de outro, alavancar o desempenho institucional por meio da convergência das competências individuais e de equipes na direção dos objetivos estratégicos do TCU. Para 2006, estão previstos, entre outros produtos, a definição das especificações de sistema de informação para gerenciar o modelo e a produção de recursos de aprendizagem para dar suporte ao desenvolvimento de competências.

O *workshop* Construção de Competências de Liderança e Gestão do TCU reuniu os secretários da sede e dos estados, em Alphaville, Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte (MG), no campus Aloysio Faria, da Fundação Dom Cabral. O encontro teve duas finalidades: o mapeamento dos

perfis profissionais – comportamental e competência – dos servidores que exercem funções gerenciais e a capacitação de equipe do TCU para dar continuidade a esse serviço de forma autônoma. A premissa básica do *workshop* foi a integração do processo de mapeamento dos perfis com o projeto Atena.

4.1. QUADRO DE PESSOAL

Ao final de 2005, o quadro de pessoal da Secretaria do TCU contava com 2.320 cargos efetivos, dos quais 2.237 estavam ocupados. Ao quadro efetivo, foram incorporados, durante o ano de 2005, cem novos cargos de Analista de Controle Externo (ACE) criados pela Lei nº 10.799, de 10 de dezembro de 2003, preenchidos no decorrer do exercício.

Quadro 24
Quadro de pessoal do Tribunal

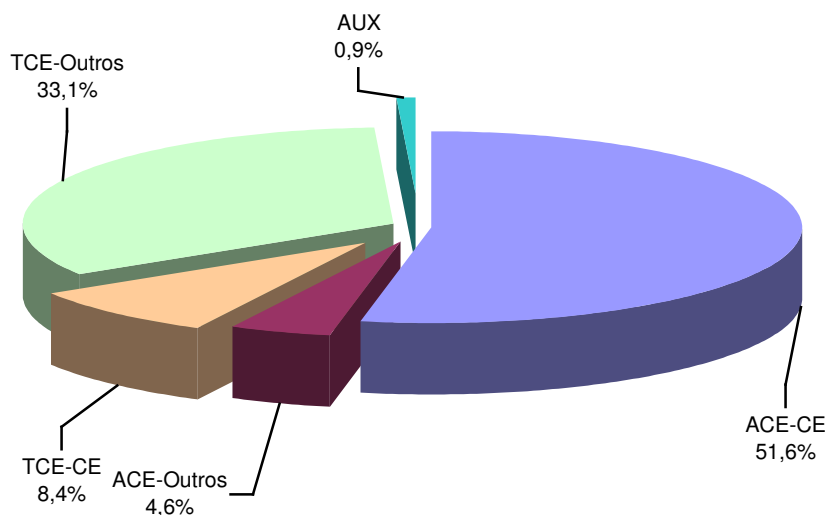
Cargos	Efetivo Previsto	Cargos Ocupados	Cargos Vagos
ACE-Controle Externo	1.230	1.157	73
ACE-Tecnologia da Informação	77	75	2
ACE-Biblioteconomia	13	13	0
ACE-Enfermagem	1	1	0
ACE-Engenharia	3	3	0
ACE-Medicina	10	10	0
ACE-Nutrição	1	1	0
ACE-Psicologia	1	1	0
Subtotal ACE	1.336	1.261	75
TCE-Controle Externo	195	188	7
TCE-Técnica Administrativa	636	636	0
TCE-Técnica Operacional	115	115	0
TCE-Tecnologia da Informação	11	11	0
TCE-Enfermagem	7	7	0
Subtotal TCE	964	957	7
AUX-Técnica Operacional	20	19	1
Total	2.320	2.237	83

Quadro 25
Servidores ativos, inativos, pensionistas e cargos em comissão

Detalhamento	Quantitativo	%
Ativos	2.237	57,27%
Inativos	1.234	31,59%
Pensionistas	416	10,65%
Cargos em comissão	19	0,49%
Total	3.906	100%

O gráfico adiante apresenta a distribuição do quadro de pessoal do TCU.

Gráfico 18
Distribuição do quadro de pessoal



Em 2005, foi realizado concurso público para o provimento de cargos de analista de controle externo. Os novos servidores, 42 analistas e 11 técnicos, tomaram posse no dia 5.12.2005.

Como parte da política da gestão de pessoas, em 30.11.2005, foi publicada a Resolução-TCU nº 182, que dispõe sobre as novas regras para a remoção de servidores no âmbito da Secretaria do Tribunal. O concurso de remoção visa a conciliar, de forma democrática e transparente, interesse de servidores que desejam mudar de local de trabalho, com as necessidades da administração.

O quadro 26 apresenta a distribuição de lotação dos servidores, por cargo.

Quadro 26
Lotação dos servidores

Cargo	Segecex			Gabinetes e MP (Sede)	Unid. De Apoio (Sede)	Total
	Sede	Estados	Total			
ACE-CE	454	419	873	102	182	1.157
ACE-outros	0	1	1	1	102	104
TCE-CE	25	57	82	10	96	188
TCE-outros e AUX.	68	169	237	87	464	788
Total	547	646	1.193	200	844	2.237

Do quadro anterior, destaca-se que 53% dos servidores estão lotados em unidades que integram a Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex). Os gabinetes de autoridades e do MPTCU são contemplados com 9% do quadro de pessoal, e 38% dos servidores integram as unidades de apoio e assessoramento

(Segedam, Seplan, ISC, Setec, Secoi, Conjur, Aspar, Arint, Aceri, Ascom, SGS e Ouvidoria).

4.2. CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES



A crescente complexidade das relações sociais, a aceleração das mudanças tecnológicas e a sofisticação de procedimentos administrativos têm demandado contínuo esforço das organizações para se adaptarem a ambientes em permanente transformação.

A administração pública moderna constatou a necessidade de se adaptar a esse novo cenário globalizado, de rápidas mudanças, para atender às crescentes demandas da sociedade por maior eficiência na aplicação dos escassos recursos públicos, por melhoria na qualidade dos serviços prestados à comunidade e por elevação nos padrões de desempenho dos servidores do Estado.

Ultimamente, o TCU voltou-se com bastante ênfase para as atividades de treinamento e de aperfeiçoamento de seu corpo técnico. A educação continuada, a profissionalização e o autodesenvolvimento dos servidores públicos são fatores essenciais para promoção de mudanças permanentes na Administração Pública e melhoria dos padrões de desempenho.

A unidade de apoio estratégico responsável pela implementação dessa política é o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), que promoveu, em 2005, 286 eventos de treinamento, totalizando 46.352 horas com a participação de 2.266 servidores.

Para treinamento em curso de formação, como etapa de concurso público, foram disponibilizadas 43 vagas para preenchimento do cargo de analista de controle externo, e outras 42 vagas para o cargo de técnico de controle externo.

Ainda em 2005, 618 servidores do TCU participaram de 215 treinamentos promovidos por outras entidades, totalizando 5.605 horas de treinamento. Em pós-graduação, foram realizados 53 eventos, promovidos pelo TCU e por outras instituições, com a participação de 399 servidores.

Na área de apoio, destaca-se o curso de gestão documental oferecido aos servidores da sede e dos estados. Esse curso visou à racionalização e eficiência na criação, na tramitação, na classificação e na avaliação dos documentos.

Em 2005, na área de treinamento, destaca-se, pela inovação e pioneirismo no âmbito do TCU, o curso a distância de introdução à auditoria de natureza operacional *on-line*. Com essa modalidade de ensino, será possível ampliar significativamente o treinamento a servidores nos diferentes estados, assim como reduzir custos com diárias e passagens.

4.3. QUALIDADE DE VIDA

A promoção do ambiente seguro e saudável é de fundamental importância para que os servidores possam bem desempenhar suas atividades. Nesse aspecto, o Tribunal incentiva e oferece oportunidades de participação a todos os servidores para a identificação de fatores que interferem na qualidade de vida e no nível de satisfação.

O TCU promoveu, no início de maio, a semana da saúde "Circuito Vida - ter saúde é uma arte". As atividades - oficinas, palestras e atendimento clínico - abrangeram temas relacionados ao bem-estar físico e mental do homem contemporâneo frente aos desafios do cotidiano. O ministro Marcos Vilaça, em seu discurso na solenidade de abertura, destacou a importância da iniciativa para os servidores. Na oportunidade, foi lembrado que as campanhas de educação não servem apenas para cuidar da saúde, mas para buscar o desenvolvimento de ações de melhoria da qualidade de vida, e que saúde não é apenas medicina, mas também lazer, moradia e atividade física.

Na palestra de abertura do quarto dia desse evento, o presidente, ministro Adylson Motta, destacou a fundamental importância da prevenção de doenças, não só por meio de campanhas, mas também, por meio de política definitiva e permanente de controle. Ressaltou que não adianta apenas alertar a população sobre os cuidados que se devem ter, mas também oferecer soluções concretas para o pronto atendimento.

Utilizando-se de mecanismos de aferição do grau de satisfação do quadro de servidores, realizou-se, também, trabalhos voltados para a satisfação pessoal e profissional dos servidores do Tribunal. A pauta que orientou esses trabalhos em 2005, buscou aproximar o máximo possível, os anseios e as expectativas dos servidores dos recursos disponíveis para implemento de ações, bem como dos interesses e das necessidades institucionais.

Pesquisa de Satisfação

A pesquisa de satisfação dos servidores é realizada no Tribunal desde 2001. A pesquisa realizada em 2005 foi organizada em dois grupos de questão: grupo 1, de caráter quantitativo, em que os servidores atribuíram notas para 32 questões divididas em 5 grandes áreas temáticas: relacionamento interpessoal, valorização do servidor, relacionamento com a chefia, natureza do trabalho, condições de trabalho; e grupo 2, de natureza qualitativa, abrangeu aspectos relacionados ao trabalho, com o objetivo de explicar e aprofundar os resultados obtidos nas questões do grupo 1.

De forma sintética, o relatório da pesquisa apontou que os itens de maior satisfação foram os seguintes:

- cordialidade e respeito com que o servidor é tratado pela chefia (92%);
- flexibilidade atual do horário de trabalho (91%);
- responsabilidade que o trabalho exige (89%); e
- lotação atual no Tribunal (87%).

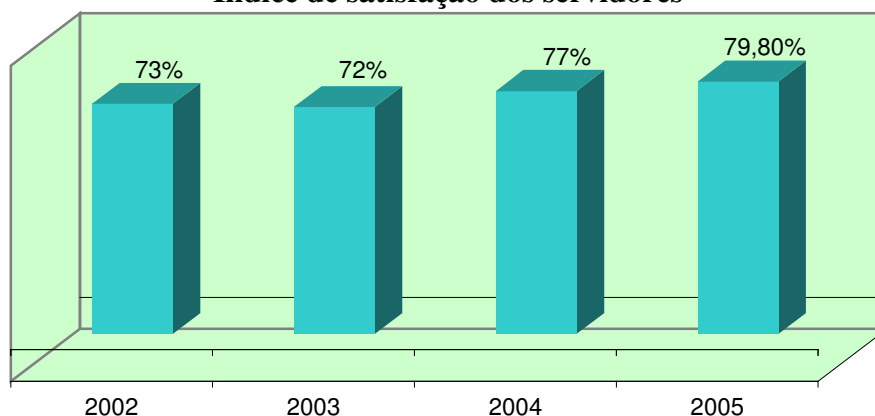
Por seu turno, os itens que obtiveram menor grau de satisfação foram:

- interação entre as unidades do Tribunal no compartilhamento de informações (65%);
- condições oferecidas para o entrosamento e a integração dos servidores (66%);
- atividades oferecidas pelo Tribunal para capacitação e aprimoramento profissional dos servidores (66%);
- oportunidades para participação em treinamentos, cursos e eventos diversos (67%).

Como conseqüência dessa pesquisa, foi elaborado diagnóstico por unidade técnica, de forma a permitir a adoção de medidas concretas que visam a enfrentar as causas de menor índice de satisfação. Tais medidas são inseridas nos planos diretores das unidades, quando de caráter local, ou no Plano de Diretrizes do TCU, se de maior amplitude.

A pesquisa de satisfação 2005 foi respondida por 847 servidores. Essa amostra correspondeu, à época, a 40% do total dos servidores em exercício. O percentual geral de satisfação obtido pela pesquisa alcançou 79,80%. Para efeitos comparativos, a Fundação Nacional para o Prêmio de Qualidade (prêmio destinado às organizações da iniciativa privada que se destacam em termos de qualidade e produtividade) considera como referencial instituições que alcançam valores acima de 75% (Padrão PNQ).

Gráfico 19
Índice de satisfação dos servidores



5. GESTÃO DE PROJETOS

As constantes transformações e desafios por que passam organizações públicas e privadas têm compelido-as a lançar mão, progressivamente, de novas metodologias de gestão, entre elas a de projetos. Trata-se de ferramenta bastante versátil para a solução de problemas, desenvolvimento de novos produtos, serviços ou tecnologias.

A gestão de projetos no TCU iniciou-se em 2001, tendo sido, desde então, constituídos oitenta projetos. Doze projetos foram encerrados em 2005, enquanto quinze permaneciam em andamento no final do exercício.

Resultado do esforço conjunto e integrado de gestores, patrocinadores, Seplan e outras unidades, a gestão de projetos no TCU vem permitindo planejar, definir, detalhar, analisar e monitorar mais de 150 produtos que constituem sua carteira.

A contribuição dos projetos compreende aperfeiçoamento de processos de trabalho e fortalecimento de ações de controle voltadas para a melhoria do desempenho da gestão pública. Outras virtudes não menos relevantes da gestão de projetos são: identificação de talentos internos, desenvolvimento do potencial de gestão e técnico dos quadros do TCU e absorção de novas tecnologias e competências. Tais fatores são imprescindíveis para garantia da futura capacidade de cumprimento das atribuições constitucionais do Tribunal de Contas da União.

Hoje, a gestão por projetos constitui importante instrumento para a construção coletiva de alicerces do futuro do Tribunal. Por ser essencial à busca pelo alcance da visão de futuro, vários projetos em andamento não contemplam apenas resultados imediatos e de curto prazo. Por exemplo, o amplo projeto de modernização do Tribunal, financiado em parte pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, pretende, nos próximos anos, aumentar a capacidade de fiscalização e controle, implementar medidas de valorização dos servidores, aprimorar o sistema de qualidade e gestão da instituição, além de estabelecer canais e ampliar o diálogo público do TCU com a sociedade.

Parte integrante do projeto de modernização na área de fiscalização, o projeto Síntese (Sistema de Inteligência e Suporte ao Controle Externo), pretende dotar o TCU de tecnologia de acesso e utilização integrada de dados e informações disponíveis nos sistemas da administração pública, visando à detecção de indícios de fraude e ao fortalecimento do controle externo eletrônico.

No Plano Estratégico do TCU para o período de 2006 a 2010 consta a iniciativa estratégica “definir e implantar plano de sustentabilidade”. Com este intuito, foi criado o projeto TCU Sustentável. A estratégia que se pretende desenvolver permitirá que sejam estabelecidos mecanismos e condições para que as ações presentes e futuras do Tribunal sejam executadas conforme os princípios de sustentabilidade. Ou seja, conciliando proteção ambiental, justiça social, respeito às diversidades culturais, estabilidade política, eficiência, eficácia e economia dos processos.

A expectativa em relação ao projeto é que integre o fator sustentabilidade nos produtos de fiscalização e nas atividades administrativas, aumente a

conscientização sobre o tema entre os colaboradores (autoridades, servidores, terceirizados, e estagiários) e incrementa a liderança do TCU em promover a gestão sustentável nas organizações públicas. O quadro a seguir indica as atividades que, atualmente, mais contribuem para a sustentabilidade no âmbito do Tribunal.

Quadro 27
Atividades que mais contribuem para sustentabilidade

Atividades	Descrição
Compartilhamento da avaliação	Os resultados da auto-avaliação de gestão encontram-se na página da Seplan, que contém todos os resultados do Tribunal, tanto em relação aos indicadores quanto em relação à auto-avaliação de gestão. O resultado da avaliação individual pode ser acessado apenas pelo servidor interessado, por se tratar de dado sigiloso.
Disponibilizar a maior quantidade de informação possível	<p>Práticas existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - publicação de acórdãos do Tribunal; - consultas por meio do Portal TCU; - entrega de documentos a ministros de Estado, com as principais fiscalizações realizadas e determinações feitas pelo TCU aos órgãos vinculados a sua pasta; - implementação do sistema de Acompanhamento de Processos (Push); - publicação e distribuição de trabalhos de orientação; - criação da sala dos advogados, onde é possível a consulta de processos; - divulgação na internet do Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares, da relação de responsáveis com contas julgadas irregulares para fins de inelegibilidade e da relação dos inidôneos para participar de licitações e inabilitados para o exercício de cargos na Administração Pública Federal.
Respeito à privacidade de seus clientes	Normas internas para tratamento de processos garantem a privacidade dos clientes do TCU, em especial no que diz respeito ao denunciante, ao qual é garantido o sigilo de dados.
Identificação de itens relevantes a respeito dos direitos humanos	<p>Práticas existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - livre exercício de religião no âmbito do Tribunal; - apoio ao grupo de alfabetização de adultos que trabalha com servidores terceirizados; - aulas a respeito de temas relativos à cidadania, ministradas por servidores do TCU aos servidores terceirizados; - apoio ao grupo de terapia comunitária realizado nas dependências do Tribunal; - liberdade de associação caracterizada pela existência de reuniões e assembleias promovidas pelas entidades de classe realizadas nas dependências do Tribunal; - mostra de talentos;

Os projetos encerrados em 2005 e em andamento no final do exercício estão indicados nos quadros 28 e 29, respectivamente.

Quadro 28
Projetos encerrados em 2005

Nº	Projeto	Objetivo	Período
1	Estudo do Impacto Gerado pela Incorporação de Novos Cargos ao TCU - Integrar	Elaborar estudo sobre o impacto gerado pelo provimento dos 600 novos cargos de ACE no TCU.	1.3.05 a 31.8.05
2	Sinergia	Conceber, elaborar e implementar <i>datawarehouse</i> com os dados dos sistemas corporativos do TCU.	1.9.03 a 6.5.05
3	Portal TCU	Tornar disponível, em site mantido pelo Tribunal na Internet, informações de interesse público, conferindo a esse conteúdo padrão visual único e estrutura de navegação ágil e eficiente.	1.9.03 a 13.5.05
4	Adequação dos Atos Normativos ao Regimento Interno do TCU	Adequar e elaborar atos normativos, regulamentando o Regimento Interno do TCU.	27.1.03 a 31.1.05
5	Modernização do Exame de Declaração de Bens e Rendas	Implantar nova sistemática de análise das declarações de bens e rendas, com a revisão dos normativos em vigor: IN-TCU nº 05/94, Portarias nº 132/94 e nº 140/94, Resolução nº 91/97.	1.7.03 a 31.1.05
6	Sistematização de Informações Gerenciais Administrativas – Prosig	Disponibilizar informações sobre os procedimentos administrativos e dotar os dirigentes de melhores informações para o processo decisório.	3.1.03 a 31.1.05
7	Atendimento ao Congresso Nacional – Parlamentar	Aperfeiçoar o relacionamento entre o Tribunal de Contas da União e o Congresso Nacional.	27.6.05 a 13.12.05
8	Definição de Modelo de Prestação de Assistência à Saúde no TCU - Remodelar	Definir modelo de prestação de assistência à saúde aos servidores do TCU.	18.4.05 a 9.12.05
9	Contratação de Produtos e Serviços pelo TCU – Contratar	Elaborar plano de melhoria dos procedimentos de contratação e da gestão de contratos do TCU.	28.9.05 a 8.12.05
10	Redução do Estoque de Processos – PROJESTOQ	Reduzir estoque de processos de TCE das Secex com sobrecarga de trabalho.	22.1.03 a 31.1.05
11	Análise e Instrução Eletrônica de Atos de Pessoal	Estender a sistemática de análise e instrução eletrônica para todos os atos de admissão e concessão.	1.6.04 a 9.11.05
12	Implantação da Sistemática de Coleta Eletrônica de Contas	Implantar sistemática de coleta eletrônica de contas, bem como implementar estratégia Resolução nº 91/97.	3.2.03 a 30.6.05
13	Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do TCU - TCU Sustentável	Realizar levantamento e elaborar proposta de Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Tribunal.	10.10.05 a 15.12.05

Quadro 29
Projetos em andamento no final do exercício

Nº	Projeto	Objetivo	Período
1	Apoio à Modernização do TCU – BID. Este projeto tem três subprojetos.	Apoiar a modernização do TCU, com vistas a aumentar, direta ou indiretamente, a capacidade fiscalizatória e de controle do Tribunal.	2.7.01 a 7.7.06
2	Controle Externo com Foco na Redução da Desigualdade Social – Cerds	Avaliar programas governamentais e modelos regulatórios de serviços públicos, com foco na redução das desigualdades sociais, contribuindo para o fortalecimento do controle social.	19.9.02 a 31.8.06
3	Sistema de Inteligência e Suporte ao Controle Externo – Síntese	Conceber, elaborar e implementar datawarehouse de controle da administração pública.	3.12.03 a 7.7.06
4	Modernização do Controle da Regulação de Serviços Públicos	Aperfeiçoar a atuação do TCU no controle externo da regulação de serviços públicos objeto de delegação.	1.3.04 a 30.6.06
5	Modernização do Sistema de Planejamento e Gestão do TCU – Planejar	Aprimorar o sistema de planejamento e gestão, incorporando novas metodologias de trabalho, de forma a assegurar melhor internalização da estratégia de atuação institucional.	6.6.05 a 1.12.06
6	Atualização da Administração de Recursos Humanos no TCU – Atuar	Aperfeiçoar a capacidade de resposta da Secretaria de Recursos Humanos às demandas que lhe são apresentadas.	1.4.04 a 31.7.06
7	Projeto de Implementação de Educação a Distância - EaD – Pégaso	Implementar o processo de educação a distância - EaD, suportado por um sistema de gerenciamento de aprendizagem (<i>Learning Management System - LMS</i>).	12.4.05 a 1.12.06
8	Desenvolvimento de Metodologia de Auditoria e Análise Contábil-Financeira – AUDICON	Desenvolver metodologia de auditoria e análise contábil-financeira aplicáveis às áreas bancária e de empresas públicas e sociedades de economia mista.	10.2.05 a 31.12.06
9	Diagnóstico de Oportunidades de Aperfeiçoamento de Procedimentos de Controle Externo das Secex	Identificar, por meio de levantamento de informações junto às Secex: oportunidades de aperfeiçoamento dos sistemas institucionais, necessidades de adequação de procedimentos relativos às atividades das Secex e práticas locais passíveis de disseminação nas demais Secretarias.	28.11.05 a 16.6.06
10	Implementar Estratégia de Combate à Fraude e à Corrupção no TCU - Combate	Incrementar a capacidade institucional do TCU para prevenir, detectar, investigar e punir a ocorrência de casos de fraude e corrupção na Administração Pública.	18.7.05 a 30.6.06
11	Instrução Eletrônica Simplificada de Contas - IES	Desenvolver ferramenta de instrução, tramitação e julgamento eletrônico das contas coletadas pelo Sistema Siscontas.	13.10.05 a 31.3.06
12	Automação da Sistemática de Gestão de Pessoas - Pessoa I	Implementar conjunto de soluções de TI visando a: - redução de problemas críticos que afetam o funcionamento dos sistemas GRH, Folha de Pagamento e Sipad; - implantar a primeira etapa do novo Sistema Integrado de Gestão de Pessoas.	11.07.05 a 31.12.07
13	Central de Atendimento a Clientes da Serec - Atender	Criar e implantar Central de Atendimento a clientes da Secretaria de Recursos Humanos do TCU.	18.10.05 a 19.6.06
14	Modelo de Gestão do Desenvolvimento de Pessoas por Competência – Atena	Estimular o autodesenvolvimento dos servidores, aproximando todas as etapas de sua formação (seleção, alocação e treinamento) aos objetivos estratégicos do Tribunal.	4.6.03 a 31.7.06

Os quadros, a seguir, apresentam números relativos às características operacionais (projetos em andamento, encerrados e autorizados) e logísticas (servidores envolvidos) dos projetos em andamento no final de 2005.

Quadro 30
Pessoas alocadas aos projetos

Tipo de Vínculo	Qtde	%
Servidores - dedicação integral	49	44%
Servidores - dedicação parcial	35	32%
Servidores por atividade	8	7%
Estagiários	9	8%
Terceirizados	10	9%
Total	111	100%

Quadro 31
Perfil dos projetos em andamento

Perfil	Qtd	%
Melhoria de processos de trabalho	6	40%
Apoio à modernização	2	13%
Novas metodologias	7	47%
Total	15	100%

6. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Tribunal de Contas da União tem, entre suas estratégias de atuação, a ampliação e o aprimoramento do uso da tecnologia da informação, como forma de ampliar a capacidade de resposta do controle e a transparência da gestão dos recursos públicos. Tal providência implica, entre outros aspectos, a capacitação de pessoas, o provimento de infra-estrutura, o acesso e o tratamento de dados e informações.

A transparência das contas públicas não é apenas a disposição dos dados em meio acessível ao público. As entidades governamentais devem utilizar a tecnologia para oferecer à sociedade, de forma compreensível, a prestação de contas de seus atos.

O TCU dispõe de site na Internet, onde divulga as principais ações de controle e oferece uma série de serviços que auxiliam e orientam o cidadão e os gestores públicos. Dispõe, também, da Ouvidoria que tem como finalidade receber sugestões/informações sobre irregularidades ou queixas de qualquer natureza acerca de matéria relativa ao controle externo.

Nos últimos anos, o Tribunal tem investido substancialmente em infra-estrutura e desenvolvimento de sistemas de informações. A rede TCU interliga todas as secretarias de controle externo nos estados com a sede e também com o Instituto Serzedello Corrêa. Os sistemas, entre outras funcionalidades, suportam a tramitação dos processos, registram as ocorrências dos acórdãos, auxiliam em atividades de fiscalização, bem como permitem aos órgãos jurisdicionados cadastrarem, por meio da Internet, mais de seis mil atos de pessoal por mês, a serem apreciados pelo Tribunal.

Apesar dos avanços já obtidos, o Tribunal continua investindo no aperfeiçoamento de soluções de TI e fomentando novos projetos, a exemplo do Síntese, *datawarehouse* que contemplará diversas informações constantes das bases de dados dos sistemas informatizados do governo.

O projeto Síntese irá fornecer ao Tribunal ferramentas necessárias à obtenção sistematizada de dados que potencializem o exercício do controle. Dados esses que, embora armazenados nos diversos sistemas de informação dos órgãos públicos, não estão integrados ou organizados de forma a responder a questões pertinentes ao controle externo. A princípio, foram selecionadas cinco áreas prioritárias para serem atendidas pelo projeto: contas públicas, LRF, plano de fiscalização, fiscalização de obras e de pessoal e certificação de contas. Espera-se como benefícios potenciais: melhor planejamento das ações de controle pela identificação correta dos assuntos que requeiram maior concentração de esforços; implementação do controle externo eletrônico com base em informações de diversos sistemas; e detecção de indícios de fraude por meio de cruzamento e tratamento estruturado de dados.

Vale destacar, no âmbito da tecnologia da informação, algumas atividades desenvolvidas no ano de 2005 no Tribunal:

- implantação do DW interno denominado Sinergia;

- utilização do Síntese para gerar informações de apoio às fiscalizações relacionadas à CPMI dos Correios e início da Fase II do projeto que contemplou informações do Sidor, Siest, Sigplan, CNPJ, CPF, Cauc, Cadirreg, Cadin, Siape e Rais;
- implementação, no Radar - Comunicações Processuais, da geração automática do demonstrativo de débito e do respectivo Darf para ofícios de citação e notificação de débito e/ou multa. Isso permitirá, a qualquer tempo, emissão dos documentos com os valores atualizados até o dia da geração, funcionalidade que facilita a rotina das unidades, visto tornar desnecessária a digitação no Sistema Débito dos valores constantes nos acórdãos, para ofícios gerados pelo Radar-Comunicações.
- conclusão do Siscontas, que permitiu a recepção de 298 tomadas de contas registradas eletronicamente em 2005.

A atividade exercida pelo Tribunal está essencialmente ancorada na informação e no conhecimento. Para isso, o estabelecimento de parcerias com órgãos e entidades da Administração Pública para acesso a bases de dados externas é de grande importância, na medida em que pode ampliar o universo a ser fiscalizado e possibilitar melhor foco de atuação.

De maneira geral, sistemas externos informatizados subsidiam a atuação das unidades técnicas do Tribunal no planejamento e execução de ações de fiscalização e instrução de processos. Tais sistemas fornecem informações específicas, conforme os dados armazenados em suas bases, acerca de licitações, Sistema Nacional de Previdência Social, cadastros diversos como o CPF e CNPJ, entre outros, além de auxiliar às atividades administrativas das unidades gestoras do próprio TCU. O quadro adiante apresenta os sistemas externos informatizados aos quais o Tribunal tem acesso permitido para auxiliar nas atividades de fiscalização.

Quadro 32
Acesso a sistemas externos informatizados

Sigla	Nome	Gestor
1. Água	Sistema de Ajuste de Guias de Arrecadação	INSS
2. Ativa	Sistema Ativa	SFCI
3. CNIS	Cadastro Nacional de Informações Sociais	INSS
4. CPF/CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Físicas e Jurídicas	SRF
5. Dívida	Sistema de Acompanhamento da Dívida Ativa	INSS
6. Renavan	Cadastro Nacional de Veículos	MJ
7. Reuters	Sistema de informações financeiras Reuters	SETEC
8. Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira	STN
9. Siafi Gerencial	Siafi Gerencial	STN
10. Siasg	Sistema de Administração e Serviços Gerais	MPOG
11. Sidor	Sistema de Orçamentação	MPOG
12. Sisbacen	Sistemas do Banco Central	Bacen
13. Siscomex	Sistema de Comércio Exterior	Bacen
14. SPIU	Sistema de Patrimônio da União	SPU
15. Datalegis	Base de Dados da Legislação Brasileira	Directdata
16. GLIN	<i>Global Legal Information Network</i>	MJ
17. Sislex	Sistema de Legislação, Jurisprudência e Pareceres	INSS
18. Sisnorma	Sistema de Acompanhamento de Normas	MJ
19. Sinapi	Sistema Nacional de Preços de Referência	CEF
20. Siape	Sistema de Administração de Pessoal	MPOG
21. Informar	Sistema de Informações Gerenciais de Arrecadação	INSS
22. Sicob	Sistema de Débito, Parcelamento e Cobrança	INSS
23. Sisben	Sistema Único de Benefícios	INSS
24. Sisobi	Sistema de Controle de Óbitos	INSS
25. Cadin	Cadastro de Responsáveis Inadimplentes	Bacen
26. Rede RVBI	Rede Virtual de Bibliotecas Institucionais	Senado Federal
27. Siafi Educacional	Siafi para treinamento	STN
28. Rede Serpro	Rede Serpro	Serpro
29. Tempus Siafi	Transferência de Arquivos do Siafi	Serpro
30. Tempus Siape	Transferência de Arquivos do Siape	Serpro

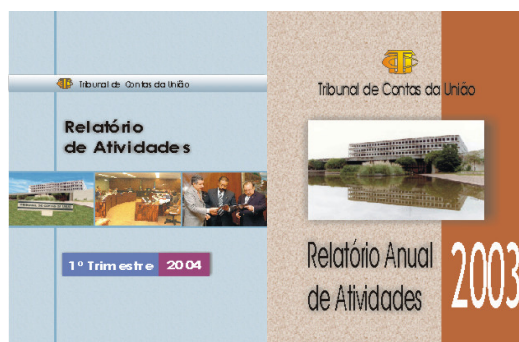
7. RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

7.1. DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

A transparência nos resultados e na forma de atuação do TCU é de fundamental importância para o fortalecimento do controle externo. Nesse aspecto, o TCU tem procurado facilitar o acesso a informações relativas a suas atividades e resultados obtidos, utilizando, para isso, diferentes instrumentos e mecanismos, entre os quais se destacam os adiante indicados.

Relatórios institucionais

Trimestral e anualmente são elaborados relatórios das atividades do Tribunal, os quais são encaminhados, entre outros, aos parlamentares e a diversos órgãos públicos. Estão disponíveis na página do TCU na Internet.



Página do TCU na Internet

O portal disponibiliza informações institucionais, notas de imprensa com as principais decisões do TCU, consulta aos acórdãos e à tramitação de processos, pautas das sessões e o cadastro de responsáveis com contas julgadas irregulares, além de outras informações. <http://www.tcu.gov.br>



Contas Públicas

O TCU mantém na Internet (Lei nº 9.755/1998) a página contas públicas para divulgação de dados e informações acerca dos gastos realizados pelas diferentes esferas de governo. <http://www.contaspublicas.gov.br>

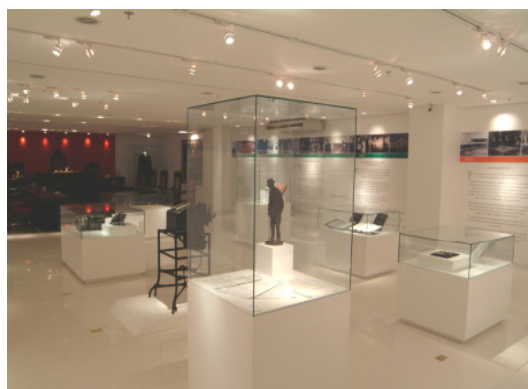


Revista do TCU

Periódico trimestral utilizado para divulgação da jurisprudência do TCU, além de trabalhos referentes a assuntos de interesse do controle externo e da administração pública em geral. É distribuída a parlamentares e a diversos órgãos públicos. Está disponível na página do TCU na Internet.

Museu do TCU

Tem por objetivo preservar e divulgar a história da instituição, de forma dinâmica e interativa, com base em acervo composto de peças relacionadas à história do Tribunal, tais como: mobília, documentos escritos com valor histórico, documentos iconográficos, medalhas e condecorações.



Diálogo Público

Conjunto de eventos realizados para divulgação e troca de informações entre o TCU, a sociedade, o Congresso Nacional e os gestores públicos. Vide título 8.2.

Como forma de permitir maior participação social no controle externo exercido pelo Tribunal, o portal TCU na Internet traz a opção “serviços ao cidadão”, onde estão disponíveis instruções para acesso à Ouvidoria do Tribunal (vide mais detalhes no capítulo 9). Traz, ainda, a opção “controle social”, com orientações simples sobre como e em que circunstâncias o cidadão pode apresentar denúncia ao TCU.

Essas inovações estão condizentes com a meta de ampliar a divulgação dos resultados das ações de controle do Tribunal perante a sociedade, órgãos públicos, Congresso Nacional e mídia, e com a diretriz de ampliar a interação com

os públicos interno e externo, conferindo maior transparência à gestão pública, um dever do Estado e um direito do cidadão.

Entre as ações voltadas para a sociedade, destaca-se o trabalho direcionado ao público estudantil de diversos níveis, que inclui visitas monitoradas de estudantes de ensino fundamental, médio e superior ao Tribunal. Entre as áreas visitadas estão a Sala das Sessões Luciano Brandão Alves de Souza, o Espaço Cultural Marcantonio Vilaça e o Museu do TCU.

Dirigentes da Casa participam, com frequência, como palestrantes em eventos realizados por outras instituições públicas das diferentes esferas de governo. Em 2005, o TCU se fez presente como palestrante em pelo menos 13 eventos. Em várias oportunidades, foram abordadas ações de prevenção do controle.

Os sumários executivos também fazem parte da estratégia de divulgação das atividades do Tribunal. São publicações em série que registram o resumo de informações relevantes sobre os programas/ações fiscalizados principalmente da área social. O TCU pretende, com essas publicações, ampliar o conhecimento da sociedade sobre os resultados das ações estatais avaliadas. Objetiva, também, aumentar a efetividade do controle, por meio da mobilização da comunidade no acompanhamento dos objetivos, da implementação e dos resultados das políticas públicas.

O quadro a seguir apresenta as principais publicações editadas pelo Tribunal, no ano de 2005.

Quadro 33
Publicações editadas em 2005

Nº	Obra
1	<i>Resúmenes Ejecutivos 01 – Evaluación del TCU Sobre las Acciones de Atención a la Persona de Edad</i>
2	<i>Resúmenes Ejecutivos 02 – Evaluación del TCU Sobre el Programa de Erradicación del Trabajo Infantil</i>
3	<i>Resúmenes Ejecutivos 03 – Evaluación del TCU Sobre el Programa Irrigación y Drenaje</i>
4	<i>Resúmenes Ejecutivos 04 – Evaluación del TCU Sobre la Distribución de Acervos Bibliográficos para Escuelas de la Enseñanza Básica</i>
5	<i>Resúmenes Ejecutivos 05 – Evaluación del TCU Sobre las Acciones de Detección y Corrección de Problemas Visuales</i>
6	<i>Resúmenes Ejecutivos 06 – Evaluación del TCU Sobre el Programa de Salud de la Familia</i>
7	Universalização dos Serviços de Telecomunicações no Brasil, em português
8	Universalização dos Serviços de Telecomunicações no Brasil, edição bilíngüe
9	Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros no Brasil, em português
10	Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros no Brasil, edição bilíngüe
11	Questões Relevantes sobre o Setor de Rodovias, de Ferrovias e de Transporte Rodoviário de Passageiros, em português
12	Questões Relevantes sobre o Setor de Rodovias, de Ferrovias e de Transporte Rodoviário de Passageiros, edição bilíngüe
13	Licitações e Contratos, 3ª Edição
14	Cartilha do PNAE, 4ª Edição
15	Portifólio de Soluções em Tecnologia da Informação

7.2. DIÁLOGO PÚBLICO

O projeto Diálogo Público consiste no conjunto de ações sistematizadas de relacionamento, divulgação e troca de informações entre o TCU, a sociedade, o Congresso Nacional e os gestores públicos. Suas atividades estão relacionadas à promoção da cidadania por intermédio do estímulo ao controle social, exercido pelos cidadãos diretamente ou por intermédio dos órgãos responsáveis, e à promoção de competências para o exercício dessa função.

Integram o projeto a realização de encontros educativos com gestores públicos e segmentos da sociedade civil, bem como a promoção de visitas ao TCU na sede e nos estados, denominadas “Conheça o TCU”, aberta a toda população.

Em 2005, foram realizados 31 eventos, em 22 Estados de todas as regiões do País. O Tribunal reuniu mais de 9.500 participantes, com a expressiva média de 308 pessoas por encontro. Esses dados indicam a superação das metas de público-alvo em mais de 65%.

Em 2005, conforme quadro abaixo, foram realizados 113 encontros com membros de Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), totalizando 1.075 conselheiros treinados, cuja principal função é fiscalizar a aplicação dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Por meio do fomento ao controle social da merenda escolar, o TCU contribui com o esforço de reação a um dos maiores problemas do Brasil, consistente na desnutrição de crianças em idade escolar, e, ao mesmo tempo, com a prevenção de desvios e fraudes.

Quadro 34
Treinamentos de conselheiros de alimentação escolar em 2005

Unidade	Quantidade de Encontros	Quantidade de Membros
Apoio Fome Zero	3	294
Secex AL	1	10
Secex BA	4	29
Secex CE	2	13
Secex GO	2	3
Secex PE	3	23
Secex SP	19	125
Secex TO	8	40
Secex-BA	3	26
Secex-MA	9	59
Secex-MG	4	143
Secex-MT	2	12
Secex-PB	41	195
Secex-PI	8	63
Secex-SE	4	40
Total	113	1.075

7.3. ACORDOS E PARCERIAS

O TCU mantém acordos de cooperação técnica com vários órgãos das diferentes esferas de governo. Na maior parte dessas parcerias, estão previstas ações de treinamento de servidores, intercâmbio de informações, cooperação técnica e fiscalização de recursos públicos federais repassados a unidades estaduais e municipais.

Protocolo de intenções assinado com o Senado Federal, em 27.1.2005, com vistas à integração da Biblioteca Ministro Ruben Rosa à Rede RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional) permitiu ao Tribunal trabalhar, de forma cooperativa, com as demais quatorze bibliotecas que fazem parte da maior rede de informações da América Latina. A fusão dos acervos de forma virtual permite ao usuário o acesso a cerca de 700 mil documentos.

Em 30.05.2005 foi realizado encontro com o primeiro escalão do Ministério da Previdência Social e do Ministério Público Federal, com o objetivo de estabelecer ações conjuntas para combater as fraudes na previdência. Na oportunidade ficou acordada a preparação de termo de ajustamento de conduta a ser firmado entre aqueles órgãos, com interveniência do TCU, visando a garantir a implementação das determinações e das recomendações do Tribunal, assim como outras medidas identificadas pelo próprio MPF.

Algumas parcerias firmadas permitem o acesso de servidores do Tribunal a bases de dados de sistemas informatizados de órgãos e entidades públicas. Essa faculdade é de fundamental importância para subsidiar os trabalhos de fiscalização.

Atualmente, o TCU tem acesso a vários sistemas externos para esse fim, entre os quais se destacam os Sistemas de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, de Administração de Pessoal (Siape), de Administração de Serviços Gerais (Siasg), o Cadastro Nacional de Pessoas Físicas e Jurídicas da Receita Federal (CPF/CNPJ) e o Sistema Nacional de Preços de Referência da CEF (Sinapi). A relação de todos os sistemas externos acessados pelo TCU encontra-se no capítulo 7.

Quadro 35
Acordos de cooperação em vigência

Entidade	Assinatura	Vigência
Caixa Econômica Federal – CEF	29.05.00	Indeterminado
Câmara dos Deputados	20.01.98	Indeterminado
Câmara dos Deputados	06.12.05	06.12.07
Conselho de Justiça Federal	17.06.04	16.06.06
Controladoria-Geral da União	09.11.04	19.11.09
Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	21.11.05	24.11.07
Governo do Estado de Minas Gerais	23.03.04	29.03.06
Governo do Estado do Ceará	18.08.05	24.08.07
Ministério da Previdência Social – Dataprev	01.12.05	08.12.10
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	20.01.05	20.01.06
Ministério Público Federal/MPF	12.11.04	19.11.06
Radiobras	10.10.05	10.10.10
Secretaria da Receita Federal	04.07.00	Indeterminado
Secretaria da Receita Federal	20.08.04	25.08.09
Senado Federal – Instituto Legislativo Brasileiro	03.06.03	12.06.08
Senado Federal – Prodasen	23.05.01	23.05.06
Superior Tribunal de Justiça	17.06.04	17.06.06
Tribunal de Contas do Distrito Federal/TCDF	21.12.04	10.01.07
Tribunal de Contas do Estado de Alagoas/TCE-AL	09.11.04	16.11.06
Tribunal de Contas do Estado da Bahia/TCE-BA	19.01.06	06.02.08
Tribunal de Contas do Estado do Ceará/TCE-CE	09.11.04	18.11.06
Tribunal de Contas do Estado de Goiás/TCE-GO	02.09.04	15.09.06
Tribunal de Contas do Estado do Maranhão/TCE-MA	02.06.04	14.06.06
Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso/TCE-MT	02.06.04	14.06.06
Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul/TCE-MS	09.11.04	18.11.06
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais/TCE-MG	09.11.04	18.11.06
Tribunal de Contas do Estado da Paraíba/TCE-PB	09.11.04	18.11.06
Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco/TCE-PE	09.11.04	18.11.06
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro/TCE-RJ	09.11.04	18.11.06
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte/TCE-RN	02.06.04	14.06.06
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul/TCE-RS	02.12.05	9.12.07
Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina/TCE-SC	09.11.04	18.11.06
Tribunal de Contas do Estado de Sergipe/TCE-SE	26.10.04	18.11.06
Tribunal de Contas do Estado de Tocantins/TCE-TO	02.06.04	14.06.06
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará/TCM-CE	15.12.04	22.12.06
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás/TCM-GO	02.09.04	15.09.06
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de São Paulo/TCM-SP	22.11.04	25.11.06
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	19.12.05	19.12.07
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	28.04.05	28.04.07
Tribunal Superior do Trabalho	19.08.04	19.08.06

7.4. ATIVIDADES RELACIONADAS A ÓRGÃOS E ENTIDADES INTERNACIONAIS

O TCU integra importantes organizações internacionais de fiscalização:

- a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai);
- a Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs);
- a Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile.

No âmbito da Intosai e da Olacefs, o TCU participa, como presidente, coordenador ou membro, de comissões técnicas e grupos de trabalho, conforme o quadro adiante.

Quadro 36
Participação do TCU em organizações internacionais de fiscalização

Organização	Comissão técnica/grupo de trabalho	TCU
Intosai	Subcomissão de Auditoria Operacional	Presidente
	Comissão de Normas Profissionais	Membro
	Comissão de Dívida Pública	Membro
	Comissão de Auditoria da Tecnologia da Informação	Membro
	Grupo de Trabalho de Privatização	Membro
	Grupo de Trabalho sobre Auditoria de Meio Ambiente	Membro
	Grupo de Trabalho sobre Avaliação de Programas	Membro
Olacefs	Comissão Técnica de Auditoria de Meio Ambiente – Comtema	Coordenador
	Comissão Técnica Especial das Tecnologias de Informação e Comunicações – CTIC	Membro
	Comissão de Desempenho das Entidades Fiscalizadoras Superiores e Indicadores de Desempenho – Cedeir	Membro

Além disso, mantém, desde 1998, projeto de cooperação técnica com o Reino Unido, para “Desenvolvimento de Técnicas de Auditoria Operacional” nas áreas de saúde, educação e meio ambiente. Esse projeto é financiado pelo *Department for International Development (DFID)* do Reino Unido. O Tribunal participa, também, de eventos no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Nos dias 13 e 14.9.2005, foi realizada no TCU a XII Reunião do Grupo de Trabalho de Privatização da Intosai, com a presença de mais de cinquenta delegados de 26 países. A abertura da reunião foi feita pelo presidente do TCU, ministro Adylson Motta, e pelo auditor-geral do Reino Unido e presidente do Grupo de Trabalho. Foram discutidos temas como a experiência do controle da regulação e as diretrizes da Intosai para a regulação econômica.

O TCU promoveu, no período de 14 a 16.9.2005, a Conferência Internacional de Desestatização. O encontro contou com a participação de técnicos de mais de 25 países, de representantes do Governo Federal e do Congresso Nacional, além de especialistas nacionais e internacionais dos setores público e

privado. Foram discutidos temas relacionados à privatização, ao controle das agências reguladoras e às parcerias público-privadas.

Em 2005, o TCU se fez presente nos seguintes eventos internacionais:

- I Reunião da Comissão Especial das Tecnologias da Informação e Comunicações da Olacefs, realizada em Santiago, Chile, nos dias 31.3 e 1º.4.2005;
- Curso de pós-graduação em direito administrativo, realizado em Salamanca, Espanha, no período de 10 a 27.1.2005, pela Direção de Altos Estudos da Fundação Geral da Universidade de Salamanca;
- Seminário de Desenho e Desenvolvimento de Cursos e Técnicas de Instrução, realizado em Quito, Equador, no período de 31.1 a 18.3.2005, com o apoio da Iniciativa de Desenvolvimento da Intosai (IDI);
- IV Reunião do Comitê Diretor do Grupo de Trabalho de Auditoria Ambiental da Intosai, ocorrido em Praga, República Tcheca, no período de 4 a 7.4.2005;
- IV Reunião do Comitê de Coordenação do Grupo de Trabalho de Auditoria Ambiental da Intosai, realizada em Praga, República Tcheca, entre 3 e 7.4.2005. A reunião teve como tema central o Plano de Trabalho 2005-2007 do Grupo de Trabalho de Auditoria Ambiental da Intosai, no qual encontram-se previstos projetos específicos sobre temas ambientais, atuação das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) na área de auditoria ambiental e o próprio funcionamento do Grupo de Trabalho.
- XVIII Seminário Nações Unidas / Intosai, realizada em Viena, Áustria, entre os dias 18 e 22.4.2005. O evento foi de iniciativa da ONU, que, juntamente com a Intosai, vem organizando encontros para debater técnicas de auditoria, com o propósito de fortalecer os sistemas de controle nacionais;
- XV Assembléia Geral da Olacefs, realizada em San Salvador, El Salvador, entre os dias 7 e 10.6.2005, organizada pela Corte de Contas da República de El Salvador. Estavam presentes mais de cem delegados de 26 países, entre os quais quinze presidentes de EFS e três representantes de organizações internacionais. Estiveram em debate temas indicados pelas comissões técnicas da Olacefs;
- XIV Reunião da Comissão Permanente de Auditoria de Tecnologia da Informação da Intosai, realizada em Paro, Butão, no período de 27 a 29.6.2005, com a presença de delegados de 22 EFS membros da Comissão e representantes da Iniciativa para o Desenvolvimento da Intosai (IDI).
- Reunião do Comitê de Normas de Auditoria da Intosai, realizada de 5 a 8.9.2005, em Oslo, Noruega, com representantes das Entidades Fiscalizadoras Superiores e da International Federation of Accountants (IFAC), para discutir normas de auditoria financeira e de conformidade e a profissionalização do auditor;
- Curso Regional em Auditoria de Serviços Públicos, realizado em Bogotá, Colômbia, no período de 12 a 23.9.2005, organizado pela Iniciativa para o Desenvolvimento da Intosai (IDI) em cooperação com a Olacefs.

8. OUVIDORIA

A Ouvidoria do Tribunal de Contas da União foi criada tendo por inspiração a competência do Tribunal de exercer a fiscalização da Administração Pública. Parte fundamental dessa tarefa consiste em acompanhar, rotineiramente, o desempenho e os resultados da ação dos gestores de recursos públicos, em consonância com a tendência mundial de os órgãos de controle atuarem como indutores de melhoria da gestão pública. O serviço de Ouvidoria permite que o acompanhamento da gestão pública seja substancialmente aperfeiçoado e incrementado com a colaboração do cidadão comum, que interage com os órgãos e as entidades da administração pública.

A finalidade da Ouvidoria é contribuir na melhoria da gestão do Tribunal e dos órgãos e entidades a ele jurisdicionados e atuar na defesa da observância dos princípios constitucionais e legais nos atos administrativos praticados pelas autoridades, servidores e administradores públicos. À Ouvidoria compete receber sugestão de aprimoramento, crítica, reclamação ou informação referente a serviço prestado pelo Tribunal ou sobre ato de gestão ou administrativo praticado por agente público jurisdicionado. Compete, ainda, receber e catalogar informações referentes a indícios de irregularidades no uso de recursos públicos. A Ouvidoria recebeu, em 2005, mais de 2.623 chamados, conforme quadro a seguir.

Quadro 37
Atuação da Ouvidoria

Tipos de Chamados	Qtde.
Comunicados de indício de irregularidade	1.018
Solicitações de informação e orientação	1.605
Total	2.623

As atividades da Ouvidoria podem ser agrupadas sob duas formas: serviço de atendimento ao cidadão e de catalogação e distribuição de informações. O primeiro constitui-se na prestação de informações solicitadas pelo cidadão sobre serviços, orientações de controle social e de caráter geral sobre a instituição; o segundo, na remessa de informações sobre possíveis irregularidades praticadas pelos diversos agentes públicos aos relatores competentes. As informações ingressadas na Ouvidoria comunicando indício de irregularidade são encaminhadas ao relator, que as remete à unidade técnica competente para fins de verificação e posterior atuação como representação, quando for o caso.

9. PROJETO DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DO TCU

O Projeto de Apoio à Modernização do TCU, financiado parcialmente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – e, por isso, conhecido internamente como Projeto BID –, é composto por investimentos de cunho modernizador que visam a fortalecer as atividades de fiscalização e de controle do Tribunal, a elevar a capacidade profissional dos servidores e a melhorar a difusão das ações desenvolvidas pelo TCU entre congressistas, gestores e cidadãos.

O projeto é integrado por quatro componentes, a saber:

- fiscalização e controle;
- qualidade e gestão;
- ações de valorização do servidor;
- diálogo público.

O valor do empréstimo foi da ordem de US\$ 5 milhões. Há mais US\$ 5 milhões de contrapartida a cargo do TCU, perfazendo o valor total de US\$ 10 milhões, dos quais US\$ 9,2 milhões destinam-se a investimentos e, o restante, a custeio.

Tendo em vista que a aquisição de bens e a contratação de serviços de consultoria representam as atividades de maior impacto na execução do projeto, o TCU firmou termo de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), especialmente pela experiência desse organismo em procedimentos seletivos baseados nas normas do BID. A celebração do contrato de empréstimo com o BID e a assinatura de documento de cooperação técnica com o PNUD ocorreram em 8.7.2003.

Para o gerenciamento desse projeto, foi concebida uma unidade de coordenação (UCP), com as seguintes atribuições: controles contábeis, coordenação das aquisições e auxílio à elaboração de editais de licitação, entre outras.

Os produtos esperados com a implementação do projeto de modernização podem ser assim sintetizados:

- desenvolvimento e aperfeiçoamento de métodos e técnicas de fiscalização;
- melhoria na captação e utilização de dados externos;
- desenvolvimento e implantação de modelo de controle da regulação dos serviços públicos;
- introdução e melhorias em ferramentas de gestão do conhecimento;
- implantação e disseminação do modelo de gestão por competências;
- implementação de sistemática de educação à distância;
- concepção, implantação e disseminação de modelo de gestão de desempenho - dimensão pessoal;
- aperfeiçoamento no atendimento a solicitações de servidor; e

- realização de campanhas educacionais sobre controle e cidadania com escolas, universidades, conselhos sociais e gestores.

O quadro a seguir apresenta o nível de execução financeira do projeto, por componente/atividade, ao final de 2005.

Quadro 38
Projeto BID – execução financeira

Componente/Atividade	Valor (US\$)	Peso	Execução financeira (31.12.05)
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	3.263.000	0,3370	32%
Modernização dos Métodos de Fiscalização	434.000	0,1288	9%
Ampliação da Atuação em Áreas Inovadoras - LRF e Regulação	2.829.000	0,8712	36%
QUALIDADE E GESTÃO	790.000	0,0777	96%
Aprimorar a Gestão por Resultados	52.000	0,0669	100%
Melhoria dos Institutos de Gestão do Conhecimento	738.000	0,9331	96%
AÇÕES DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	3.440.000	0,3681	8%
Ampliação das Competências Profissionais	2.226.000	0,6983	0%
Agilização de Atendimento às Solicitações do Servidor	1.214.000	0,3017	26%
DIÁLOGO PÚBLICO	1.168.000	0,1271	91%
Estimular o Controle Social	1.086.289	0,8549	100%
Promover campanhas de educação	81.711	0,1451	39%
COORDENAÇÃO DO PROJETO	197.000	0,0101	47%
Apoio para elaboração de documentos de aquisição de bens e serviços	94.000	0,9254	43%
Apoio para desenvolvimento de sistema paralelo de informação	68.000	0,0000	13%
Apoio para elaboração de modelos, análise e avaliação de metas	35.000	0,0746	100%
CUSTOS FINANCEIROS	1.142.000	0,0799	5%
Total	10.000.000	1,0000	34%

Os projetos de modernização institucional envolvendo recursos do BID, em andamento ou encerrados em 2005, estão discriminados no quadro a seguir.

Quadro 39
Projetos de modernização envolvendo recursos do BID

Projeto	Objetivo
Sistema de Inteligência e Suporte ao Controle Externo – Síntese	Conceber, elaborar e implementar <i>datawarehouse</i> de controle da administração pública.
Modernização do Controle da Regulação de Serviços Públicos	Aperfeiçoar a atuação do TCU no controle externo da regulação de serviços públicos objeto de delegação.
Modelo de Gestão do Desenvolvimento de Pessoas por Competência – Atena	Estimular o autodesenvolvimento dos servidores, aproximando todas as etapas de sua formação (seleção, alocação e treinamento) aos objetivos estratégicos do TCU.
Portal TCU	Tornar disponível, em site mantido pelo Tribunal na Internet, informações de interesse público, conferindo a esse conteúdo padrão visual único e estrutura de navegação.
Sinergia	Conceber, elaborar e implementar <i>datawarehouse</i> com os dados dos sistemas corporativos do TCU.
Atualização da Administração de Recursos Humanos no TCU – Atuar	Aperfeiçoar a capacidade de resposta da Secretaria de Recursos Humanos às demandas que lhe são apresentadas no exercício de suas funções institucionais.
Projeto de Implementação de Educação a Distância - EaD – Pégaso	Implementar o processo de educação a distância - EaD, suportado por um sistema de gerenciamento de aprendizagem (<i>Learning Management System</i> - LMS).
Implementar Estratégia de Combate à Fraude e à Corrupção no TCU - Combate	Incrementar a capacidade institucional do TCU para prevenir, detectar, investigar e punir a ocorrência de casos de fraude e corrupção no âmbito da Administração Pública.

10. PRÊMIO NACIONAL DA GESTÃO PÚBLICA



Prêmio conquistado pelo Tribunal de Contas da União, como reconhecimento, na faixa Prata, do elevado grau de desempenho institucional e pelas práticas de excelência em gestão.

O Prêmio Nacional de Gestão Pública foi instituído em 1998 pelo Governo Federal e tem por finalidade reconhecer e premiar organizações públicas que comprovem elevado grau de desempenho institucional e se destaquem por práticas de excelência em gestão. O modelo do prêmio utiliza-se dos mesmos parâmetros avaliativos observados em prêmios internacionais de qualidade como os prêmios europeu, ibero-americano e norte-americano (Malcolm Baldrige). O prêmio é uma das estratégias do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - Gespública.

O Tribunal de Contas da União aderiu ao Programa em 1999. No ano de 2004, participou do Prêmio e foi reconhecido na faixa **Prata**. Esse reconhecimento público evidencia o acerto das escolhas e práticas de gestão que vêm sendo adotadas pelo TCU na busca da excelência em gestão e da qualidade dos serviços prestados ao cidadão. A solenidade de entrega ocorreu em 2005 no Palácio do Planalto. Na oportunidade, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou, sobre o Prêmio Nacional de Gestão Pública, que “é o reconhecimento de que neste país tem gente levando o serviço público e o atendimento à sociedade com muita responsabilidade”.

Os critérios de avaliação da gestão são sete: liderança, estratégia e planos, cidadãos e sociedade, informação e conhecimento, pessoas, processos e resultados. Quando comparado ao Prêmio Nacional de Qualidade (PNQ), concedido no âmbito da esfera privada, o Prêmio Nacional de Gestão Pública adota, adicionalmente, um critério específico para avaliar a responsabilidade pública das empresas para com a sociedade.

Por oportuno, vale destacar que, no caso do TCU, esses mesmos critérios foram utilizados como indicadores no marco lógico que serviu para a negociação com o BID dos recursos do projeto de modernização institucional. A evolução da pontuação obtida nos critérios auxiliará na avaliação do grau de sucesso alcançado com as ações daquele projeto.